

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

CIDADES MÉDIAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
O CASO DE PORTUGAL

MARGARIDA ISABEL FIALHO CARNEIRO BARRADAS FALCÃO

OUTUBRO 2023

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

CIDADES MÉDIAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
O CASO DE PORTUGAL

MARGARIDA ISABEL FIALHO CARNEIRO BARRADAS FALCÃO

ORIENTAÇÃO:

Professor Doutor Manuel Coelho

CO-ORIENTAÇÃO:

Professora Doutora Ana Maria Correia Ferreira

OUTUBRO 2023

*Dedicada a todos
aqueles que
deixaram as
suas aldeias, à
procura de
uma vida
melhor na
grande
cidade.*

Resumo

No mundo atual em que vivemos, onde a população cada vez mais está concentrada nas cidades, é imperativo que se pense sobre a qualidade de vida nas mesmas e o impacto que estas têm para as pessoas e em especial para o meio-ambiente.

As cidades e comunidades sustentáveis tornaram-se o foco da comunidade internacional quando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU foram apresentados ao Mundo em 2015. Desta forma, e face à presente realidade do desequilíbrio na distribuição de população que existe mundialmente em cada país, surgem as cidades médias como foco desta dissertação.

Elaborou-se uma revisão teórica sobre o conceito de cidade média e evolução do conceito, conectando ao conceito de cidade sustentável. Demonstra-se a conexão do impacto da Covid-19 na perspetiva sobre a vida insustentável nas grandes cidades, assim como se demonstrou uma visão otimista sobre as cidades de pequena e média dimensão.

Procurou-se, então, demonstrar de que forma as cidades médias constituem uma das chaves do desenvolvimento sustentável na esfera urbana, regional e cultural, aplicado ao caso de estudo de Portugal, de forma a refletir sobre os problemas atuais do país e as respetivas soluções.

Palavras-chave: Cidades; Cidades Médias; Desenvolvimento Sustentável; Portugal; Covid-19; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Cultural; Desenvolvimento Urbano.

Abstract

In the current world we live in, where the population is increasingly concentrated in cities, it is imperative to think about the quality of life in them and the impact they have on people and especially the environment.

Sustainable cities and communities became the focus of the international community when the UN Sustainable Development Goals were presented to the World in 2015. In this way and given the current global reality of the population not being evenly distributed in each country, medium-sized cities emerge as the focus of this dissertation.

A theoretical review was developed on the concept of medium-sized cities and the evolution of the concept, connecting it to the concept of sustainable cities. The connection between the impact of Covid-19 and the perspective on unsustainable life in large cities is demonstrated, as well as an optimistic view on small and medium-sized cities.

An effort was made to demonstrate how medium-sized cities represent a crucial factor in the sustainable development within the realms of urban, regional, and cultural domains. This endeavor was specifically applied to the case study of Portugal, with the overarching aim of addressing the contemporary challenges facing the country and the respective solutions.

Keywords: Cities; Medium Cities; Sustainable Development; Portugal; Covid-19; Regional Development; Cultural Development; Urban Development.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, principalmente à minha mãe que me deu a possibilidade de seguir o Mestrado e também de fazer intercâmbio para a Coreia do Sul, um país do outro lado do Mundo que me fez crescer e aprender, criando em mim também, uma saudade de Portugal, e uma inspiração para ajudar de alguma forma, influenciando a escolha do tema da dissertação.

Agradeço à minha melhor amiga e irmã, Matilde, por todo o apoio e amor que me deu ao longo deste processo, mesmo quando eu estava do outro lado do mundo.

Agradeço aos meus avós por tudo o que fizeram no passado, e pela coragem de saírem da sua aldeia no interior do Alentejo à procura de uma vida melhor na Grande Lisboa, mas nunca esquecendo a sua cultura alentejana, passando-a de geração em geração. Agradeço a toda a minha família, em especial, à minha prima-irmã, Catarina, obrigada pelos conselhos, debates e apoio nesta fase da minha vida.

Agradeço aos meus amigos, antigos e novos, e em especial ao meu melhor amigo, Francisco, pelo apoio, amor, amizade e incentivo no processo de escrita desta dissertação, e nesta fase tão difícil que são os 20's.

Agradeço também ao Professor Manuel Coelho, que aceitou logo ser o meu orientador, e pela paciência e incentivo que me deu para a vida profissional e académica, inspirando-me e incentivando-me nesta minha aventura no reflexo das Cidades Médias em Portugal.

Agradeço também à querida Professora Ana Maria Correia Ferreira, que foi muito importante para o meu amor e dedicação na reflexão sobre o desenvolvimento de cidades melhores, inteligentes e sustentáveis, sendo minha Professora na minha licenciatura em Geografia e Planeamento Regional (FCSH), aceitando apoiar-me nesta minha etapa numa nova Universidade (ISEG-UL), sendo incansável no apoio e incentivo dado para eu nunca desistir.

Por fim, agradeço ao ISEG por me ter dado a oportunidade de estudar na Coreia do Sul, realizando o meu sonho. Deste modo, aprendi sobre um país completamente diferente da minha realidade, olhando para o meu país, com uma visão diferente e motivada a ajudar, de alguma forma, ao seu desenvolvimento sustentável. A todos e todas que passaram na minha vida de forma positiva durante o meu percurso académico, um Obrigada!

Índice

Resumo	4
Abstract	5
Agradecimentos	6
Glossário	9
1.Introdução	1
2.Cidade Média	3
2.1. O que é uma Cidade Média?	3
2.2. Evolução do conceito de Cidade Média	6
2.2.1. A Cidade Intermédia	10
2.2.2. A Cidade Sustentável	12
3. A Cidade e a Pandemia Covid-19	16
3.1. O impacto da Pandemia	16
3.2. O êxodo urbano	19
4. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Cidades e comunidades sustentáveis	22
4.1. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	22
4.2. Desenvolvimento Urbano Sustentável	23
5. Cidades Médias e Desenvolvimento Sustentável: O caso de Portugal.	25
5.1. A Rede Urbana Portuguesa.	26
5.2. Cidades Médias, uma das chaves do Desenvolvimento Sustentável?	28
5.2.1. Urbano	28
5.2.2. Regional	30
5.2.3. Cultural	33
6. Conclusão	37
7. Bibliografia	39
Webgrafia	43
8. Anexos	45
Anexo 1- Localização de Chancelaria no Mapa de Portugal Continental	45
Anexo 2- “The Three Magnets of the Town-Country”- Howard,1898	46
Anexo 3- Densidade Populacional, Censos 2021.	47
Anexo 4- Densidade Populacional por NUTS III- Variação Média 2011/2021	48
Anexo 5- População Residente em Portugal por Município entre 100.000 e 250.000 habitantes. ...	49

Índice de Figuras

1.Figura 1- Gráficos que representam o número de Óbitos por Covid-19 por 100.000 pessoas por tipo de área, Inglaterra e País de Gales, março-maio de 2020.....	16
2.Figura 2- Mapa que representa a percentagem da população urbana que vive em favelas, 2020.....	18
3. Figura 3- Mapa da Densidade Populacional 2022Agradecimentos.....	18
4. Figura 4- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	22
5. Figura 5- Mapa da Variação da População Residente em Portugal entre 2011 e 2021	27
6. Figura 6- Gráficos elaborados a partir dos dados retirados dos Censos 2021	28
7.Figura 7- Gráficos elaborados a partir dos dados retirados dos Censos 2021	28

Glossário

Covid-19- Coronavirus disease 2019

EUA- Estados Unidos da América

INE- Instituto Nacional de Estatística

ODM- Objetivos do Milénio

ODS- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OMS- Organização Mundial de Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

PNPOT- Plano Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território

SARS-CoV-2- severe acute respiratory syndrome Coronavirus 2

SMESTO- Small and Medium-Sized Towns

SMSTs- Small and medium sized towns/cities

UE- União Europeia

UN- United Nations

UNESCO- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

URSS- União das Repúblicas Soviéticas Socialistas

1. Introdução

Na realidade atual, ninguém pode ignorar a crise climática e a crise social que vivemos. Tudo o que fazemos tem impacto, seja positivo ou negativo, para o nosso planeta. Qualquer passo positivo é um grande passo, seja de uma só pessoa, de um grupo, de um pequeno país ou de um grande país.

Greta Thunberg, no passado, afirmou: *“But I’ve learned you are never too small to make a difference.”* (Greta Thunberg as cited in Rigitano, 2018), sendo a inspiração e objetivo para que a presente dissertação contribua positivamente de alguma forma para resolver a situação de crise que o mundo está a viver.

Atualmente, mais de metade da população mundial vive em cidades, por isso, focarmo-nos no tema da sustentabilidade urbana é um dos pontos cruciais para resolver a crise. Pois, os principais problemas mundiais são provocados pelas cidades (direta ou indiretamente), como a poluição, a pobreza, a desigualdade e a degradação do ambiente. Esta dissertação está, assim, inserida no âmbito do Objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A reflexão sobre cidades ideais e equilibradas não é um tema atual, remete à época de Aristóteles, onde já o filósofo refletia sobre o número da população ser crucial para determinar se uma cidade é equilibrada ou não. Mais tarde, já no século XIX, o urbanista Howard, reflete sobre a cidade ideal ser um equilíbrio entre cidade e campo, olhando negativamente para a realidade das cidades da Revolução Industrial. Só mais tarde se refletiu, a partir dos anos 50, sobre as cidades médias serem a solução para o problema do desequilíbrio regional.

A pandemia Covid-19 impactou o mundo de várias formas, sendo uma delas a visão da população sobre viver nas grandes cidades, dando uma nova oportunidade às pequenas e médias cidades, assim como às aldeias rurais perto delas. As cidades de pequena e média dimensão ganharam uma nova relevância, devido à melhor qualidade de vida que proporcionam em relação às grandes cidades.

Esta dissertação procura assim, responder à seguinte questão de investigação: De que modo as cidades médias podem ser uma das chaves do desenvolvimento sustentável, tanto a nível urbano, regional e cultural.

A escolha de Portugal como caso de estudo deve-se ao facto de ser um país com um grande potencial, mas não totalmente desenvolvido: o seu desequilíbrio de distribuição de população e de desenvolvimento regional é dramático, a maior parte da população está concentrada em duas áreas: a Área Metropolitana de Lisboa (como principal área) e a Área Metropolitana do Porto. Este sistema urbano bipolar tem consequências graves para Portugal e para a sua população, despovoamento e esquecimento do interior de Portugal, além da qualidade de vida, cada vez pior, nas duas Áreas Metropolitanas, estando estas densamente povoadas e os respetivos recursos alvos de grande pressão, sendo esta realidade completamente insustentável.

A presente dissertação está dividida em quatro partes: primeiramente, com base na revisão da literatura, procura-se refletir sobre o conceito de cidade média e a sua evolução ao longo dos anos. De seguida, demonstra-se o impacto da Covid-19 na perspetiva sobre viver nas grandes cidades. O terceiro capítulo demonstra a ligação da dissertação ao Objetivo 11 da ONU e a relevância de Cidades e Comunidades Sustentáveis para a atualidade. Finalmente, o quinto capítulo é a resposta à questão de investigação, onde primeiro se faz um enquadramento da rede urbana Portuguesa e os seus problemas e, depois, responde-se à questão “Cidades Médias como uma das chaves do Desenvolvimento Sustentável?” face ao contexto de Portugal, a nível urbano, regional e cultural.

2.Cidade Média

2.1. O que é uma Cidade Média?

Antes de introduzir o tema central do estudo, é necessário, num primeiro momento, definir, o que é uma cidade, deste modo, de acordo com o INE, a definição de cidade é a seguinte:

“Aglomerado populacional contínuo, com um número de eleitores superior a 8000, possuindo pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: instalações hospitalares com serviço de permanência; farmácias; corporação de bombeiros; casa de espetáculos e centro cultural; museu e biblioteca; instalações de hotelaria; estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; estabelecimentos de ensino pré-primário e infantários; transportes públicos, urbanos e suburbanos; parques ou jardins públicos.”(INE, 2004)¹

Após perceber o que constitui uma cidade, coloca-se a questão, qual é a definição universal de cidade média?

A definição exata e completa de uma cidade média não é universal, pois a mesma depende de cada país e respetiva rede urbana, o que é uma cidade média para Portugal não é o mesmo que é para um país como a Coreia do Sul ou França. Isto, porque são 3 países completamente distintos, tal como, em relação ao tamanho da população, densidade populacional² e das suas redes urbanas.

É importante destacar que os estudos realizados na Europa, sobre as cidades médias à escala europeia e mundial, geralmente utilizam o termo SMESTO (ESPON, 2006) e SMSTs (ESPON:2013), que abrangem as cidades pequenas e médias. O conceito de cidade média não pode ser de todo um conceito universal, nem mesmo dentro do continente europeu, daí a própria abordagem política (de desenvolvimento) ter de ser contextualizada espacialmente

¹ Lei n.º 11/82, DR 125, SÉRIE I de 1982-06-02 - artigos 13.º e 14.º (INE, 2004, 4692 - CIDADE)

² “Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).” (INE, 1994, 166 - DENSIDADE POPULACIONAL)

“Given the wide variation between SMSTs across Europe and within countries it is necessary to caution against the adoption of any simplistic ‘one-size fits all approach.’”(ESPON, 2013:8).

O estudo da OECD/UN- Habitat de 2022 sobre “*Intermediary Cities and Climate Change: An Opportunity for Sustainable Development*” utiliza a definição acordada internacionalmente que classifica as cidades médias como centros urbanos que possuem entre 50.000 a 1 milhão de habitantes (OECD/UN-Habitat,2022:13), no entanto à escala europeia (neste caso baseado em França) uma cidade pode ser considerada média a partir de 20.000 habitantes, “*Dans la synthèse qui suit, sont définies comme « aires urbaines moyennes » ou « villes moyennes », les aires urbaines dont les villes centre ont une population comprise entre 20 000 et 100 000 habitants*”(Floch & Morel, 2011:5).

Existe, portanto, como já mencionado anteriormente, uma dificuldade em universalizar o intervalo de população que uma cidade média deve ter para ser considerada como tal, pois tudo depende do contexto do país que estamos a analisar, mesmo em relação às cidades médias europeias, “*Même si des villes moyennes existent partout en Europe et à travers le monde, leurs portraits sont différents selon l’histoire et l’organisation territoriale propres à chaque pays.*”(Gomel et al,2022:2).

Para além do tamanho da população ser importante para definir uma cidade média, também existe outra característica importante (talvez a principal) e debatida por vários autores: ser um ponto intermédio. As cidades médias têm uma função importante que as faz ter um papel fundamental na rede urbana, são essencialmente *idades intermédias*, é o que as destaca na região onde se inserem (IMTT, & GPIA, 2011). Estas cidades exercem um papel intermediário na rede urbana onde conectam as áreas urbanas e rurais (OECD/UN-Habitat,2022).

No estudo de Knoop et al (2023) afirma-se também que todos temos um sentimento/sensação do que constitui as cidades médias, sendo que as características básicas das mesmas em comparação a grandes cidades são: densidade populacional menor, uma homogeneidade social maior, níveis mais elevados de coesão social.

Foquemo-nos, agora, nas características funcionais das cidades médias. As mesmas são **pontos de referência** socio-culturais, económicos e administrativos para as áreas rurais envolventes, principalmente no interior dos países onde as grandes cidades estão bastante distanciadas (Knoop et al, 2023), tornando-se assim intermediárias. Deste modo, a localização da cidade média face às regiões densamente povoadas pode ser decisiva para a sua conotação de cidade média, ou não. Uma cidade com poucos habitantes, comparada a uma cidade grande, situada numa região do interior/rural/despovoadada, como exerce determinadas funções, tal como, se exercer a função de ponto de referência, como já referido, pode ser considerada uma cidade média, no entanto, se uma cidade tiver mais habitantes mas estiver localizada numa região densamente povoada e urbanizada, pode desempenhar menos funções que a cidade com menor população mas inserida numa região menos povoada (Costa,2002).

Para ilustrar melhor esta característica de ponto de referência em relação a Portugal, pensemos num residente da Freguesia de Chancelaria,³⁴ por exemplo. Se precisar de algum bem e/ou serviço que não consiga obter na sua área de residência, não vai viajar para Lisboa ou Porto, vai certamente à cidade que para o mesmo efeito, é o seu maior ponto de referência (caso não consiga obter o seu bem/serviço nas cidades pequenas próximas), Portalegre, capital de distrito. As particularidades socio-espaciais referidas ainda pelos mesmos autores (Knoop et al, 2023), e que são de senso comum, das cidades médias são: deslocações de curta distância dentro da cidade, elevada proximidade social entre os locais e acesso a espaços verdes- estas mesmas são vantagens reconhecidas pelos moradores de cidades grandes que os atraem para viver nas cidades médias.

Deste modo, definir uma cidade como média, em função somente do número dos seus habitantes, é insuficiente, pois tem de se ter em conta aspetos socio-espaciais anteriormente referidos. Adicionalmente, é referido por vários autores (Zöllter et al, 2020) que as cidades médias existentes, apesar de diferentes entre si, detêm um grupo de características específicas, além do tamanho demográfico e espacial menor do que as grandes cidades, contêm um único centro multifuncional que é usado por todos, ao contrário das grandes cidades que possuem vários centros. O centro de uma cidade média é constituído por uma

³ Concelho de Alter do Chão, Distrito de Portalegre, Portugal.

⁴ Consultar Anexo 1- Localização de Chancelaria no Mapa de Portugal Continental.

variada oferta de bens e serviços, nomeadamente culturais, de lazer e comerciais, pode-se afirmar assim, que a cidade tem um papel fundamental a ser o ponto de contacto não só para os residentes, mas também, para uma ampla diversidade de atores no quotidiano de uma cidade (Zöllter et al, 2020:313).

Este centro multifuncional também pode ser denominado de baixa, em inglês, “downtown”, “ (...) is the urban core area where the commercial, business, and production functions are concentrated. The growth and decline of downtowns have a direct influence on urban development and suburban areas.” (Lee,2013:33). Como anteriormente mencionado, apesar da “downtown” ser importante em qualquer tipo de cidade, para uma cidade média é crucial, na medida em que, é uma das principais funções que lhe dá a conotação de cidade média para as aldeias e vilas em volta: é a sua baixa/centro multifuncional.

Em suma, a cidade média tem várias funcionalidades, para as áreas em redor e para a organização da rede urbana de um país, como afirma Costa (2002), “A cidade média surgiu como uma entidade em redor da qual se organizou o sistema produtivo e social, parte fundamental dos processos de desenvolvimento de base endógena.” (Costa, 2002:116). O mais importante a perceber na definição do conceito de uma cidade média, é que este, é sempre relativo e diferente, tendo em conta todas as variáveis referidas. A cidade média conota-se como média, devido à sua funcionalidade, e não devido ao seu tamanho espacial e demográfico, mas sim ao peso que a sua população e funcionalidade têm na região em volta (Costa, 2002).

2.2. Evolução do conceito de Cidade Média

O debate sobre as cidades médias nasceu, segundo indicam os estudos realizados sobre o tema, no século passado. No entanto, apesar de ser um debate relativamente recente, o conceito de cidade média, e principalmente o significado que a cidade média tem para o desenvolvimento (urbano, regional, nacional, sustentável), tem vindo a renovar-se constantemente desde o seu nascimento.

Antes deste debate da cidade média surgir, ligado a questões de desenvolvimento ou equilíbrio da rede urbana, pode-se afirmar, que, o conceito de cidade “média”/ sustentável

já era presente na Grécia Antiga, graças a Aristóteles, mas num prisma de organização de uma cidade ideal/equilibrada, da dimensão da população e do espaço.

Costa (2000) recorre a obras de Aristóteles de há 330-325 anos a.C., no entanto, conecta o ideal de cidade do filósofo ao que, em 2000, já se podia conectar ao conceito de cidade média, isto porque, segundo a autora:

“Considerando a cidade média como uma aglomeração com uma dimensão física, económica e social que permite a sua auto-sustentação, podemos afirmar que primeiras alusões à cidade média surgem com Aristóteles. (Costa, 2000:14)”.

Agora, em pleno ano de 2023, com a população e densidade populacional a aumentar de ano para ano nas grandes cidades do mundo, a noção de cidade ideal de Aristóteles que está ligada ao conceito de cidade sustentável atual, cada vez mais, faz sentido.

Para Aristóteles, a primeira condição para uma cidade se designar cidade é claramente ter um conjunto de habitantes, e esta cidade tem de exercer funções que satisfaça os seus habitantes em termos de recursos, bens e serviços, e também tem de oferecer aos seus habitantes qualidade de vida/bem-estar, (ARISTÓTELES, 330-325 a.C. as cited in Costa, 2000:14).

O ponto mais importante que Aristóteles refere, que pode ser ligado ao conceito de uma cidade sustentável na atualidade, é o excesso de população numa cidade, o filósofo considera que uma cidade demasiado povoada não era bem governada, assim como um Estado (Costa, 2000:14). Este é exatamente o problema que os países com uma rede urbana não equilibrada enfrentam: a densidade populacional excessiva numa só cidade - capital- ou em duas grandes cidades, causando vários problemas, como o desenvolvimento insustentável, má governação e desequilíbrio da rede urbana.

Mais tarde, o tema da cidade ideal- com características atuais das cidades médias- volta a ganhar importância em 1898 com as “garden cities” de Howard (Costa, 2000). No século XIX, a reflexão das cidades de pequena e média dimensão nasceu, como fruto da análise das

consequências da evolução e expansão rápida das cidades europeias da Revolução Industrial e do crescimento da população nas grandes cidades industriais. Howard apresenta a cidade-jardim, ou “Town-Country”⁵ como um equilíbrio perfeito entre cidade e campo, onde se unem as vantagens das mesmas num único sítio (Howard, 1898), esta foi uma abordagem inovadora em que Howard idealizou um plano de comunidades auto-sustentáveis rodeadas de natureza e era constituída por uma área equilibrada de residentes, indústria e agricultura (ESPON,2006:89).

Após a 2ª Guerra Mundial (1945) , a maior parte das cidades europeias estavam destruídas, sendo que as cidades mais afetadas eram claramente na Alemanha, apesar de, em geral, todos os países participantes na guerra terem sofrido a destruição, por óbvias consequências da guerra, das suas cidades. Portanto, nos anos a seguir ao fim da guerra, a reconstrução urbana europeia era uma das tarefas prioritárias para os urbanistas e também das mais importantes (Diefendorf, 1989). A reconstrução das cidades europeias era fundamental para salvar a economia europeia e a sua população da pobreza, de modo que, também era um dos pontos principais do Plano Marshall (1948)⁶. Perante este contexto, do pós segunda guerra mundial, as cidades médias surgem também, como foco do debate, como solução aos olhos dos urbanistas para as consequências da guerra tais como desequilíbrio regional, populacional e económico (Costa, 2002:103).

Ferrão et al, referem que a dimensão das cidades médias, foi a razão pela qual as mesmas participaram nas políticas de desenvolvimento e ordenamento do território na década de 1960, o autor dá como exemplo: a política das «metrópoles de equilíbrio» do governo francês, as cidades médias começaram a ser vistas como atrativas, por serem a única solução para evitar a macrocefalia urbana e para o desequilíbrio regional face às principais grandes metrópoles (Ferrão et al, 1994:1125, 1126).

O autor refere ainda que o foco nas cidades médias teria não só a função de equilíbrio regional aproximando-se da teoria dos lugares centrais de Christaller (1933), mas também,

⁵ Consultar Anexo 2-“The Three Magnets of the Town-Country”- Howard,1898.

⁶ “*The Marshall Plan, also known as the European Recovery Program, was a U.S. program providing aid to Western Europe following the devastation of World War II. (...) provided more than \$15 billion to help finance rebuilding efforts on the continent. (...) it was crafted as a four-year plan to reconstruct cities, industries and infrastructure heavily damaged during the war(...)*”(History.com Editors, 2022)

como, estas cidades médias seriam “*Pólos regionais estimuladores do crescimento económico e do reequilíbrio territorial*” (Ferrão et al, 1994:1126), por isso, foi criado um conjunto de medidas estratégicas para as cidades médias, tais como, a criação de emprego, criação de estabelecimentos de grandes empresas industriais e aumento da oferta de bens e serviços, de forma a atrair a concentração de pólos de atividades e população (Ferrão et al, 1994:1125, 1126).

Apesar das cidades médias terem sido relevantes nos anos anteriores, o conceito de cidade média só nasceu na década de 1970, em França, através do VI Plano de Desenvolvimento Económico e Social entre 1971 e 1975 (Costa, 2002:104). Este Plano tinha como principais objetivos gerais: orientar o desenvolvimento económico da França, direcionar/planear a utilização dos recursos que o crescimento económico proporciona, e gerir o planeamento territorial, ou seja, alcançar o equilíbrio entre Paris e o resto de França, especialmente no que diz respeito à criação de emprego (Commissariat général du Plan,1971).

Foi através deste plano que o conceito de cidade média foi implementado, assim como a sua relevância para o objetivo do plano “equilíbrio entre Paris e resto de França”, isto seria assegurado através da localização de centros de decisão e atividades terciárias (ensino, investigação) nas metrópoles de equilíbrio e capitais regionais, e também através da descentralização de serviços de gestão, empresariais e administrativos, pois, proporcionaram imensos empregos nas cidades fora de Paris onde seriam colocados estes serviços (Commissariat général du Plan,1971:97).

Mas, foi principalmente num dos objetivos específicos do Plano, “Desenvolvimento do Oeste” onde o desenvolvimento rural era fundamental e que as cidades médias seriam a chave: “*La conversion du monde rural exigera un triple effort en faveur de l’agriculture, du tourisme et de l’industrialisation des villes petites et moyennes.(...) l’orientation des aides et des équipements d’accueil dans les villes moyennes, notamment sur certains axes de développement encore fragiles (...), devrait faire de ces cités, créatrices d’emplois et distributrices de services, les points d’ancrage du développement rural.*” (Commissariat général du Plan,1971:98/99).

Costa também dá como exemplo o relatório de Lajugie apresentado ao Conselho Económico e Social (1973), em que apresenta a relevância das cidades médias no equilíbrio da rede urbana francesa e sobre a qualidade de vida que estas proporcionavam. Este relatório também apresentava uma política de cidades médias que era constituída por vários pontos, tais como, as cidades médias terem centros de emprego de variadas áreas alternativas às grandes cidades para atrair população dos territórios rurais na região, oferta de habitação à nova população e ter todos os bens e serviços públicos básicos, de maneira a proporcionar melhor qualidade de vida (Costa, 2002: 105).

No final da década de 1970, o potencial de desenvolvimento territorial e a vocação específica das cidades médias foram redescobertos pelos urbanistas (ESPON,2006:88), tal como já tinha sido descoberto no século XIV com Howard, mas desta vez, o conceito de cidade média nasceu e até foi incluído em medidas políticas tal como o VI Plano de Desenvolvimento Económico e Social de França.

2.2.1. A Cidade Intermédia

Recentemente, o conceito de cidade média está ligado diretamente ao de cidade intermédia, ou seja, à sua função intermediária na rede urbana:

“As cidades médias são definidas através da sua condição intermédia e intermediária: polarizações urbanas que desempenham papéis de equilíbrio do sistema urbano, face à tendência hegemónica de crescimento das grandes metrópoles. Têm a capacidade de se constituírem como âncoras de estruturação dos territórios nacionais e regionais, ameaçados por duas tendências opostas: a metropolização, por um lado, e o esvaziamento demográfico e a rarefacção urbana de vastas regiões das grandes manchas e eixos de desenvolvimento territorial.”(Cabral et al, 2003:5, as cited in Rodrigues,2008:24).

Mas quando é que o conceito de cidade intermédia nasceu?

Vários autores, como Ferrão et al. (1994) e Costa (2000), afirmam que foi na década de 80, que, após vários debates realizados nos anos 70 e da relevância das cidades médias nas décadas anteriores, surgiu o novo conceito de cidade intermédia com Gault, em 1989, associado à ideia das cidades médias conseguirem estabelecer relações entre si, criando um equilíbrio na rede urbana.

Segundo Gault, o conceito anterior de cidade média era relacionado a características quantitativas como o número da população ou dimensão da cidade, no entanto, a evolução do conceito de cidade média para o de intermédia está conectado a características qualitativas e à aptidão das cidades intermédias terem em termos estratégicos e de evolução (Costa, 2002),

“Com efeito, a noção de cidade média remete para aspectos estáticos: poder, população, média, em suma, valores estatísticos (...). Insistir sobre a noção de cidade intermédia é ao contrário, sublinhar a importância de aspectos dinâmicos, a noção de estratégia, de posição a conquistar, de espaço a construir, de posição a ocupar, de mediações a criar entre os homens, os capitais, as sinergias a desenvolver...” (Lavigne as cited in Gault, 1989, as cited in Costa, 2002:117).

Esta evolução das cidades médias para intermédias e de meras cidades médias na rede urbana para o plano internacional aconteceu devido à globalização, fenómeno que estava a ocorrer desde o século I a.C., mas a internacionalização da economia só começou a consolidar-se durante a Guerra Fria sob a liderança hegemónica dos EUA, e consolidou-se globalmente quando a “cortina de ferro” caiu em 1989 e a URSS deixou de dominar a outra metade do mundo, deixando a liderança da globalização em posse única dos EUA.

O conceito de globalização pode ser definido como o aumento contínuo do movimento de bens/mercadorias, capital, instituições e pessoas num espaço global, não é restrito ao movimento de coisas físicas e palpáveis, estende-se também a coisas imateriais e a aspetos

sociais como estilos de vida, políticas, ideias, princípios, culturas, ideologias neste espaço global e conectado, a globalização teve um boom a partir dos anos 90 devido, também, à evolução tecnológica e ao desenvolvimento dos media (Kara,2019:108).

O nascimento do conceito de cidade intermédia/intermediária demonstrou a importância e relevância que estas cidades têm na globalização, enquanto o conceito nos anos 70 estava associado a uma rede urbana nacional fechada, a cidade intermédia assume uma posição internacional (Costa, 2000) e de ligação às restantes redes urbanas, passa a ser vista como uma entidade local, um ator no plano global, e não meramente vista só como um espaço físico.

A nova ordem geo-económica do final dos anos 80, início dos anos 90, era caracterizada pelo “(...) reforço do papel das cidades enquanto elementos estruturantes do território e motores do desenvolvimento regional; (...)” (Ferrão et al, 1994:1131). As cidades tinham um papel principal neste contexto histórico sócio-económico devido a vários pontos, tais como: os estabelecimentos de ensino básico, superior e centros de investigação existentes nas cidades eram incubadores de inovação e de mão-de-obra qualificada, a rede de infra-estruturas de transporte e telecomunicações incentivava os processos de globalização das cidades- das suas empresas, cultura, territórios, entre muitos outros (Ferrão et al, 1994:1131).

Através da evolução do conceito de cidade média para intermediária, as cidades intermédias tornaram-se peões fundamentais no desenvolvimento global, pois, as cidades médias não são somente objetos estáticos num país, ou numa rede urbana. Com o conceito de cidade intermédia, as cidades estão intrinsecamente conectadas ao seu poder de influência na rede urbana e internacional, estão integradas numa rede de relações e inter-relações estabelecidas nestes sistemas urbanos nacionais e internacionais, sendo, por isso, um intermediário entre espaços, sejam estas cidades globais, ou territórios rurais e abandonados (Ferrão et al, 1994:1128).

2.2.2. A Cidade Sustentável

O Desenvolvimento Sustentável é o tema, consensualmente, que se tornou mais importante no palco do debate internacional desde o início do século XXI.

“Adicionalmente, o desenvolvimento tem de ser sustentável, sendo também a sustentabilidade inerente ao conceito. Não é desenvolvida a sociedade em que o bem-estar de hoje possa pôr em causa o bem-estar de amanhã; onde o património de recursos que sejam bens de capital⁹, ou que se comportem como tal (...), seja utilizado pelas gerações de hoje em termos de comprometer oportunidades das gerações de amanhã.”
(Lopes,2002:18)

Recuando ao século passado, o conceito nasceu através do Relatório de Brundtland, da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento coordenado pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland em 1987. Este documento teve como nome “Our Common Future”, e surgiu a pedido urgente da Assembleia Geral da ONU para formular uma agenda global de mudança, com os seguintes objetivos:

“(...)to propose long-term environmental strategies for achieving sustainable development by the year 2000 and beyond; to recommend ways concern for the environment may be translated into greater co-operation among developing countries and between countries at different stages of economical and social development and lead to the achievement of common and mutually supportive objectives that take account of the interrelationships between people, resources, environment, and development; to consider ways and means by which the international community can deal more effectively with environment concerns; and to help define shared perceptions of long-term environmental issues and the appropriate efforts needed to deal successfully with the problems of protecting and enhancing the environment, a long term agenda for action during the coming decades, and aspirational goals for the world community(...)” (Brundtland et al, 1987:11).

Neste Relatório, afirma-se que a humanidade tem o poder de tornar o desenvolvimento, sustentável, ou seja, garantir que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer as gerações futuras e as suas necessidades. Sendo que, a tecnologia e a

organização social da altura tinham de ser geridas, adaptadas e melhoradas, para criar um caminho para uma nova era de crescimento económico sustentável (Brundtland et al, 1987). Este objetivo de satisfazer as necessidades da geração presente e futura, significa também que a igualdade era um dos principais objetivos e motores deste desenvolvimento sustentável, a pobreza mundial pode ser evitada com esta nova era, pois o desenvolvimento sustentável exige a satisfação das necessidades básicas de todos e proporcionar a oportunidade para todos terem uma vida melhor (Brundtland et al, 1987:25).

De entre os vários capítulos deste Relatório, existe o capítulo 9- “The Urban Challenge”, já bastante relevante na altura, porque, já no final do século XX, o mundo viu a aceleração do êxodo rural e da concentração da população nas cidades, principalmente nas capitais, criando um desequilíbrio na distribuição da população mundial regional cada vez maior. Brundtland et al, afirmam que, na passagem do século, quase metade do mundo viveria em áreas urbanas – desde pequenas cidades até grandes megacidades, sendo que o sistema económico mundial seria cada vez mais urbano, com redes sobrepostas de comunicações, produção e comércio, este sistema, constitui a base do desenvolvimento nacional, ainda afirmam que as perspectivas de uma cidade, ou aldeia, dependem da sua função no sistema urbano, nacional e internacional. O mesmo acontece com o destino do interior, com a sua agricultura, silvicultura, entre outras atividades, das quais depende o sistema urbano e a própria nação (Brundtland et al, 1987:235).

Por isso, claramente, ao falar de desenvolvimento sustentável, tem de se obrigatoriamente introduzir o tema da sustentabilidade nas cidades e impedir o enorme desequilíbrio regional futuro que poderia existir, visto de uma perspetiva do final dos anos 80, deste modo, um dos pontos no Relatório de Brundtland (do capítulo 9) é exatamente sobre desenvolver centros urbanos médios e intermédios:

“With an explicit strategy, nations can begin to reorient those central economic and major sectoral policies that now reinforce megacity growth, urban decline, and poverty. They can likewise promote more effectively the development of small and intermediate urban centers, the strengthening of their local governments, and the establishment of

services and facilities needed to attract development initiatives and investment.” (Brundtland et al, 1987:245).

O nascimento do conceito de cidade sustentável

A ideia de uma cidade sustentável já é presente no meio dos urbanistas há mais tempo que o conceito de “sustentável” ou “desenvolvimento sustentável”, no entanto, era lida como uma cidade verde, ou a cidade-jardim de Howard (como anteriormente falado) no final do século XIX. O conceito de cidade sustentável só emergiu no final do século XX, com o conceito de desenvolvimento sustentável, como resposta à degradação evolutiva e constante do ambiente urbano durante o século, de modo que, o desenvolvimento sustentável em comunidades urbanas e rurais era uma das principais prioridades para a ONU já nos anos 70 (Hassan and Lee, 2014).

A cidade sustentável, segundo Rogers, é uma cidade que satisfaz as necessidades sociais, culturais, ambientais e políticas, assim como os objectivos económicos e físicos, enquanto assegura o acesso igualitário a todos os serviços por parte dos residentes, sem esgotar os recursos de outras cidades e da região (Rogers, 1997 as cited in Hassan and Lee, 2014:7). Pode-se conectar o conceito de cidade sustentável ao de cidade média, sendo que, esta se caracteriza pela sua dimensão demográfica e espacial menor, assim como a sua funcionalidade de desenvolvimento equilibrado da rede urbana, pode ser também, sustentável, ao contrário das grandes cidades- são a razão pela qual o conceito de cidade sustentável emergiu, para solucionar os problemas dos grandes centros urbanos, utilizando as cidades médias como projetos de desenvolvimento urbano sustentável.

O conceito de cidade sustentável está também ligado ao de comunidade sustentável, pois, a cidade sustentável é uma cidade onde os indivíduos têm liberdade de escolha, mas nunca prejudicando essa mesma liberdade de outros cidadãos, para determinarem o seu quotidiano, ou seja, passa diretamente pela ideia de comunidade sustentável e igualitária (Hassan and Lee, 2014:7).

3. A Cidade e a Pandemia Covid-19

3.1. O impacto da Pandemia

A Pandemia COVID-19 foi causada pelo vírus SARS-CoV-2 que foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 com o surto na cidade de Wuhan na China, que foi impossível conter, por isso, espalhou-se mundialmente. No dia 31 de janeiro de 2020 a OMS declara que o surto do novo coronavírus de 2019 é uma emergência de saúde pública de importância internacional. A 11 de março de 2020, a OMS declara a Covid-19 como Pandemia e no final de março desse ano, os Governos começaram a implementar medidas de confinamento para prevenir a propagação da COVID-19 (CDC:2023).

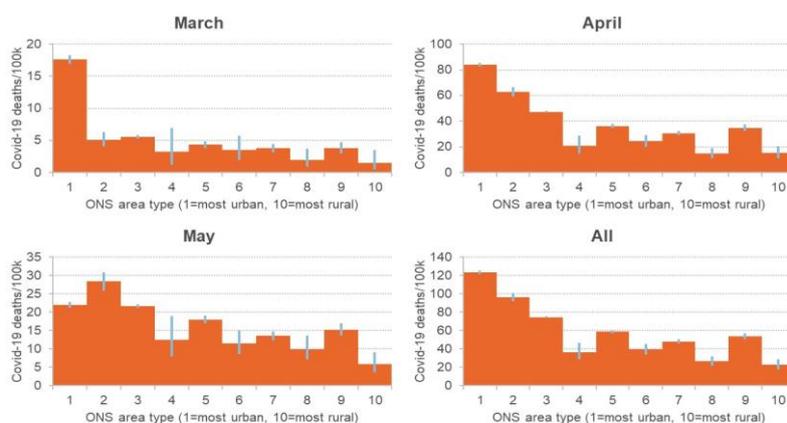
O ano de 2020, e a pandemia COVID-19, mudou drasticamente a perspetiva da população mundial, causando impacto global em todos os aspetos: demonstrou a fragilidade da Globalização, acentuou os desafios que a geração atual enfrenta desde o início do novo milénio e, mais importante, demonstrou o problema em crescimento constante das grandes cidades mundiais densamente povoadas e do entrave que coloca ao Desenvolvimento Sustentável.

A população mundial, em geral, ambiciona viver ou continuar a viver numa cidade, especialmente, numa grande cidade, isto porque procura a vida urbana como estilo de vida, oferta de bens e serviços, motivos académicos e principalmente oferta profissional. Numa cidade, o ser humano tem tudo, em maior quantidade e de forma mais rápida, comparado a uma cidade pequena, ou, a uma aldeia. Mas, além dos contras de viver numa cidade, em termos de qualidade de vida e segurança, a pandemia COVID-19 realmente demonstrou as verdadeiras consequências de viver na cidade e, especialmente, nas cidades que são densamente povoadas.

Atualmente, mais de metade da população do mundo vive em cidades, e em 2020 este era o cenário: estimava-se que em 2050 cerca de 7 em 10 pessoas no mundo iriam viver em cidades (Bhardwaj et al, 2020:1). Considerando a densidade populacional já acentuada em 2020 nas áreas urbanas, torna-se claro a razão pela qual as cidades, em especial, as “megacities” terem sofrido mais com a pandemia COVID-19, sendo que, algumas das principais razões disto foram: a densidade populacional, a conectividade e proximidade, condições de vida de

habitação sobrelotada e de pobreza extrema, e trabalhos que exigem interação social, ao contrário da vida rural (Economics Observatory, 2020).

Figura 1- Gráficos que representam o número de Óbitos por Covid-19 por 100.000 pessoas por tipo de área, Inglaterra e País de Gales, março-maio de 2020.



Fonte: Título adaptado de Economics Observatory, 2020⁷

Através da Figura 1, conseguimos ler a variação de óbitos por COVID-19 por 100,000 pessoas por tipo de área, onde a escala é de 1 a 10, sendo a 1 a área mais urbana e a 10 a área mais rural. No início da pandemia em março de 2020, os casos de óbito por COVID-19 foram mais acentuados no tipo de área mais urbana (1) que em comparação às restantes áreas representam mais que o dobro de óbitos. Sendo que ao longo dos meses se foi alastrando para as restantes áreas mais urbanas (de 1 a 3). No entanto, apesar dos óbitos terem aumentado nas zonas rurais até maio de 2020, de forma geral, as zonas mais rurais tiveram menos óbitos do que as áreas mais urbanas.

Bhardwaj et al, questionam se as medidas implementadas para prevenir o COVID-19, tais como, a vacina obrigatória, limitação de interações sociais, uso de máscara, entre outras, se iria derrotar o vírus em áreas urbanas densamente povoadas? A resposta dos autores foi positiva, no entanto, para a classe mais rica que tem possibilidade de se distanciar mesmo em áreas mais populosas, enquanto mantém a “qualidade de vida”, ou pelo menos, os bens

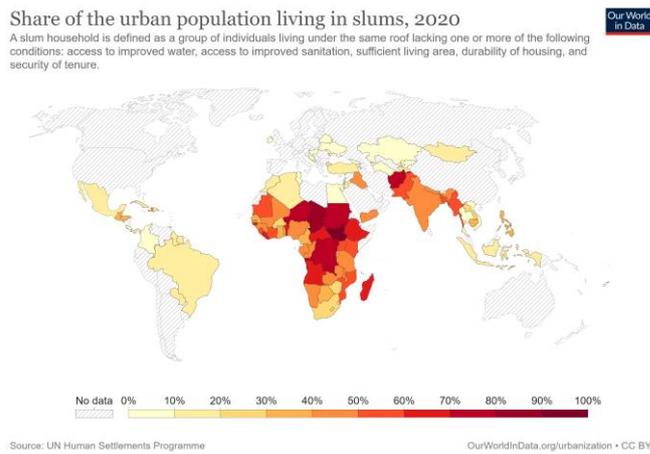
⁷ (Source: ONS data for England and Wales. Notes: Age-standardized mortality rates with 95% confidence intervals. Area types: 1: Major conurbation; 2: Minor conurbation; 3: Urban city/town; 4: Rural town/city; 5: Rural town/fringe; 6: Sparse rural town/fringe; 7: Village; 8: Sparse village; 9: Hamlets; 10: Sparse hamlets as cite in Economics Observatory, 2020).

necessários, podem trabalhar remotamente e algumas pessoas não precisam de trabalhar pois conseguem se sustentar com o dinheiro que já possuem (Bhardwaj et al, 2020:2).

No entanto, a classe mais pobre de bairros densamente povoados não conseguem viver a mesma realidade que a classe mais rica, pois, os mesmos não se podem isolar, para sobreviver, têm de sair de casa para trabalhar, comprar comida e lavar a roupa(Bhardwaj et al, 2020:2).

A situação agravou-se, principalmente nos bairros mais pobres dos países em desenvolvimento, sendo que a maior parte destes bairros são favelas, espaços habitacionais ilegais, acampamentos ilegais, entre outros, que não possuem higiene e saneamento básico, rede de água e esgoto, nem de espaço, por isso são densamente povoados, no bairro em geral e dentro do espaço de habitação onde várias pessoas moram no mesmo sítio, por isso o risco de contágio é maior, além disso a probabilidade de morrer também é, pois não têm condições para obterem cuidados de saúde (Bhardwaj et al, 2020:2).

Figura 2. Mapa que representa a percentagem da população urbana que vive em favelas, 2020.



Fonte: Título adaptado de Our World in Data, 2020.

Através da Figura 2 conseguimos analisar o total de população a viver em “slums”, em que “slums household” é definido pelo UN- Habitat no mapa, como um grupo de indivíduos a viver debaixo do mesmo teto, e que se encontram em necessidade de uma ou várias das seguintes condições: acesso a água potável, acesso a higiene e saneamento, espaço dentro de casa suficiente para viver, casa forte e segura, e garantia e segurança do arrendamento da casa.

Em 2020, mais de 60% da população Africana vivia nestas condições de habitação, sendo que existem países em África que têm mais de 80% da população a viver nestas condições, como Sudão do Sul (94,5%) e Chade (82%). Comparado a outros países em desenvolvimento é uma diferença enorme, sendo que no continente americano a percentagem mais elevada da população a viver em “slums” era o Haiti com 48,9%, sendo os restantes países com maior percentagem o Brasil e o México com menos de 20% da população.

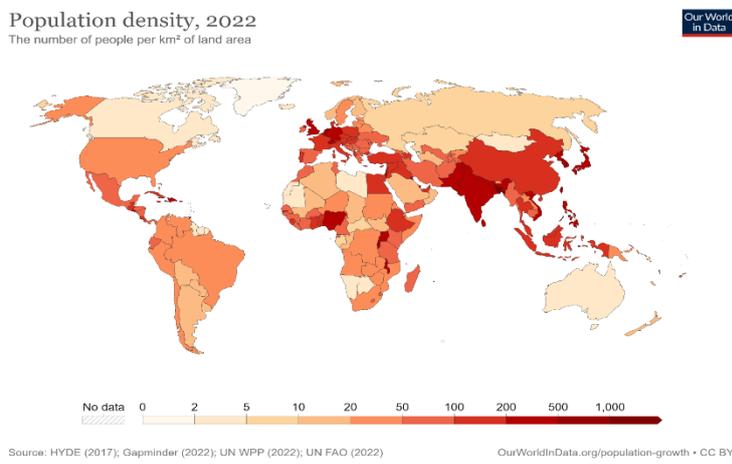


Figura 3- Mapa da Densidade Populacional 2022.

Fonte: Título Adaptado de Our World in Data, 2022.

Já a Ásia tem 60% da população mundial, assim como os países com maior densidade populacional (Figura 3), como o Bangladesh que, com 1252 pessoas por km², tinha em 2020 52% da população a viver naquelas condições, que já é uma grande diferença em comparação ao Sudão do Sul.

O perigo das doenças contagiosas, como a COVID-19, é maior nas áreas habitacionais com estas condições, pois a falta de espaço, água potável e higiene e saneamento básico são várias formas de exposição aos vírus, além da falta de comida e condições monetárias para ser saudável e/ou obter cuidados de saúde e tratamento em caso de necessidade. Foi clara a desigualdade social mundial entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento, assim como dentro da própria cidade entre as classes sociais.

3.2. O êxodo urbano

As cidades no mundo inteiro, sendo as áreas mais populosas do mundo, estavam em maior risco de COVID-19, com as piores condições para cumprir as normas impostas pelos governos, pois, uma coisa muito importante que falta nas cidades em comparação com as

zonas rurais é espaço. Isto foi das maiores razões que levou ao êxodo urbano, não foi o medo de ser infectado por COVID-19 mas sim a busca pelo espaço que há nas cidades médias e pequenas, ou mesmo nas zonas rurais, verificando-se que muitas pessoas escolheram migrar dentro do próprio país.

No início da pandemia em 2020, foi registada uma tendência de “êxodo urbano” de grandes cidades nas sociedades ocidentais, pois, nas primeiras fases da pandemia, não existia muito conhecimento sobre o vírus, e como as grandes cidades globalizadas foram as que sofreram inicialmente mais casos (cerca de 95% dos casos confirmados perto do final de 2020), assim como óbitos, especulava-se se seria o fim das cidades, ou pelo menos das grandes cidades (Rowe et al,2023:2). Sendo que no Reino Unido, através de inquéritos online, a procura da população residente em grandes cidades por propriedades em vilas estava previsto a crescer 126% em junho/julho de 2020 em comparação ao ano anterior(Rowe et al,2023:3). Em França os residentes da cidade também estavam à procura de casas em cidades mais pequenas ou vilas, a mesma tendência relatava-se nos EUA (Rowe et al,2023:3).

É consensual que a pandemia expôs as imperfeições de viver nas grandes cidades, sendo que Rowe et al, afirmam que foram estas imperfeições que foram usadas para construir a narrativa do êxodo urbano, pois, devido à conectividade global entre as cidades através das viagens aéreas, a grande densidade de empregos, e principalmente de atendimento direto ao público, além da densidade populacional, as grandes cidades foram claramente os centros globais de casos de COVID-19 no início da pandemia (Rowe et al,2023:3).

Na realidade pré-pandemia já se identificavam vários pontos negativos de viver nas grandes cidades, como as más condições de habitação, elevado custo de vida, poluição, entre outros desafios urbanos, juntamente com as consequências da realidade durante a pandemia: confinamentos, distanciamento social, trabalho e ensino à distância, o encerramento de vários estabelecimentos comerciais e culturais, e uma nova realidade para as pessoas ao viverem fechadas numa pequena casa numa grande cidade, levou às mesmas à procura de mais espaço e habitação acessível em cidades médias/pequenas ou aldeias (Rowe et al,2023:3). Os pontos positivos de viver na cidade tinham sido eliminados pela nova realidade pandémica, logo, quem tinha a possibilidade de sair da cidade e migrar para áreas urbanas menores e/ou zonas rurais, assim o fez, pois a nova realidade - trabalho, ensino, compras, entretenimento, convívio

social virtuais- possibilitou uma nova perspetiva de melhor qualidade de vida fora das grandes cidades.

Tal como, Ahrend et al também mencionam, a crise de COVID-19, modificou profundamente a perspetiva da população sobre as próprias casas, sendo que a população mundial foi forçada a viver dentro da própria casa, ou seja, a rotina diária do ser humano concentrou-se toda dentro da sua casa devido aos confinamentos, o trabalho (quem podia) era em casa, a escola era em casa, as compras eram virtuais, os convívios por videochamadas, de modo que, esta nova realidade mudou as preferências habitacionais, muitos passaram a querer mais espaço, e a deixar de dar importância a proximidade ao centro da cidade, ou mesmo da cidade em geral, o valor da proximidade ao trabalho, ensino, e serviços de consumo deixou de ser relevante com a nova realidade (Ahrend et al, 2022:5).

Segundo o estudo de Gonzalez-Leonardo et al, de 2022, sobre a migração interna durante o COVID-19, em 2020, a migração fora dos municípios rurais desceu, no entanto, nas vilas rurais de férias próximas a cidades aumentou, isto ocorreu particularmente em vilas que são conhecidas por terem uma concentração de segundas casas/ residências de férias e paisagens naturais (Gonzalez-Leonardo et al,2022:337). É importante mencionar, que nas áreas rurais com população menor, e perto de cidades, foram mais atrativas do que as áreas rurais longe das cidades, sendo que as últimas receberam menos migrantes internos, pois o facto de estarem perto de serviços e infraestruturas foi relevante (Gonzalez-Leonardo et al,2022:337).

Em suma, com o estudo anteriormente mencionado, é relevante indicar que esta experiência de êxodo urbano, foi um reflexo da profunda desigualdade social e de desenvolvimento entre os países do mundo, pois esta foi uma experiência principalmente ocidental, onde as populações de classe média e classe alta tinham condições de mudar de residência, enquanto mantiveram a sua qualidade de vida e fonte de rendimento, mudando-se, assim, para as suas casas de férias ou adquirindo novas.

Apesar do êxodo urbano ser uma representação do mundo privilegiado, abriu também uma porta para uma nova perspetiva sobre o renascimento das cidades pequenas e médias, em pleno 2023, após a pandemia, a concentração populacional permanece nas grandes cidades, mas, a experiência da pandemia e o impacto que teve na vida de todos, principalmente na população

urbana, trouxe um novo futuro para a vida no interior, uma melhor qualidade de vida em cidades médias/pequenas, ou mesmo em aldeias perto de cidades, sem ter que deixar o emprego devido ao novo modelo de trabalho, híbrido ou totalmente remoto que ainda hoje permanece nas empresas.

4. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Cidades e comunidades sustentáveis.

4.1. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

O tema da presente Dissertação, assim como, a sua questão de investigação principal: Cidades Médias: a Chave do Desenvolvimento Sustentável? estão relacionadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sendo esta dissertação fundamentalmente fruto de uma reflexão sobre o Objetivo 11- *“Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable.(...) Goal 11 aims to renew and plan cities and other human settlements in a way that fosters community cohesion and personal security while stimulating innovation and employment.”* (UN,2016:8).

A criação da Agenda 2030, lançada em 2015 com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, foi uma mudança e evolução dos Objetivos do Milénio lançados em 2000, em que estes eram só 8. Como afirmou o antigo Secretário- Geral da ONU, Ban Ki-moon:

“This agenda is a road map for people and the planet that will build on the success of the Millennium Development Goals and ensure sustainable social and economic progress worldwide. It seeks not only to eradicate extreme poverty, but also to integrate and balance the three dimensions of sustainable development—economic, social, and environmental—in a comprehensive global vision.” (UN,2016:2)



Figura 4: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: site oficial da UE⁸

⁸ https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/sustainable-development-goals_pt

A Agenda 2030 veio no seguimento da Declaração do Milénio 2000 com os Objetivos do Milénio, no entanto, esta agenda mudou o foco da comunidade internacional para uma visão mais abrangente do desenvolvimento sustentável, pois, apesar dos ODM incluírem os conceitos de direitos humanos, igualdade, justiça e empoderamento humano, os ODS oferecem uma agenda de desenvolvimento mais centrada nas pessoas e onde estes conceitos estão profundamente conectados e enraizados (de Jong & Vijge, 2021:3). Os ODM focaram-se principalmente na redução da extrema pobreza, enquanto os ODS introduziram uma abordagem transformadora, focando-se em quatro dimensões globais: desenvolvimento social inclusivo, desenvolvimento económico inclusivo, sustentabilidade ambiental, paz e segurança (de Jong & Vijge, 2021:3).

Outro ponto transformador que os ODS trouxeram para o palco da comunidade internacional foi o facto de serem universais, ou seja, os objetivos aplicam-se a todas as sociedades, mesmo as dos países mais ricos (UN DESA,2016:2). Tendo ainda a missão de alcançar objetivos como empoderar totalmente as mulheres ou eliminar a discriminação, todas nações têm de incluir os ODS nas suas políticas e planos nacionais (UN DESA,2016:2), pois são uma missão de todos, para todos e só em conjunto conseguiremos alcançá-los até 2030.

Esta Agenda é, portanto, aplicável a todos, tendo em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, tendo sempre em consideração e respeitando as políticas nacionais e as suas prioridades. Estes objetivos (cada um com as suas metas) são universais, envolvendo o mundo inteiro, tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento, estando integrados e indivisíveis e em equilíbrio com três dimensões do desenvolvimento sustentável: económica, social e ambiental (UN DESA,2016:3).

4.2. Desenvolvimento Urbano Sustentável

Os ODS, como já referido, diferem em vários elementos chave e abordagens para o desenvolvimento, introduzindo a sustentabilidade como conceito inerente e interligado a todos os objetivos, em comparação aos ODM, sendo que, um dos pontos importantes para esta dissertação é a introdução da preocupação global sobre o desenvolvimento e gestão urbana sustentável. As cidades, além de serem o ator principal/contribuidor principal no fenómeno

global das alterações climáticas, também sofrem um maior impacto das consequências das alterações climáticas, sendo uma interligação constante (UNEP, n.d.).

A ONU declarou, em 2015, na Resolução adotada pela Assembleia Geral sobre a adoção da nova agenda de desenvolvimento pós-2030, que o desenvolvimento e gestão urbana sustentável são cruciais para a qualidade de vida das pessoas, por isso, afirmaram que iriam trabalhar em conjunto com as autoridades locais e comunidades para renovar e planear as cidades e povoaamentos, de modo a promover a coesão comunitária, a segurança pessoal, estimulação de emprego e inovação (UN, 2015:9). Foi afirmado ainda como principais objetivos: reduzir os impactos negativos das atividades urbanas e minimizar os impactos das cidades no sistema climático global, tendo também em conta as tendências e projeções populacionais nas estratégias e políticas nacionais de desenvolvimento urbano e rural (UN, 2015:9).

Assim, foi criado o Objetivo 11: “Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable” (UN, 2015:21), reconhecendo assim a importância fulcral que as cidades têm no desenvolvimento sustentável, este objetivo é constituído por 10 metas e 16 indicadores. As metas estão focadas nos seguintes objetivos: “*11.1. Safe and affordable housing (...)* *11.2. Affordable and sustainable transport systems (...)* *11.3. Inclusive and sustainable urbanization (...)* *11.4. Protect the world's cultural and natural heritage (...)* *11.5. Reduce the adverse effects of natural disasters (...)* *11.6. Reduce the environmental impacts of cities (...)* *11.7. Provide access to safe and inclusive green and public spaces (...)* *11. a. Strong national and regional development planning (...)* *11. b. Implement policies for inclusion, resource efficiency and disaster risk reduction (...)* *11.c. Support least developed countries in sustainable and resilient building;”* (Our World in Data team,2023)

Embora exista a possibilidade do tema da dissertação se conectar com todas as metas do Objetivo 11, o foco da questão de investigação está diretamente relacionado às seguintes metas: “*11.3 By 2030, enhance inclusive and sustainable urbanization and capacity for participatory, integrated and sustainable human settlement planning and management in all countries; (...)* *11.4 Strengthen efforts to protect and safeguard the world's cultural and natural heritage.(...)* *11.a Support positive economic, social, and environmental links between urban, peri-urban, and rural areas by strengthening national and regional development*

planning.” (UN,2015:22). As 3 metas estão interligadas às 3 esferas de resposta à questão de investigação da presente dissertação- Cidades Médias, uma das chaves do Desenvolvimento Sustentável? Urbano, Regional e Cultural, que irá ser abordada no capítulo seguinte.

5. Cidades Médias e Desenvolvimento Sustentável: O caso de Portugal.

Como abordado no Capítulo 1, através da evolução do conceito de cidade média, de Aristóteles à Cidade Sustentável, o crescimento contínuo da população numa cidade assim como o aumento da densidade populacional é um entrave consensual a todos. As cidades, concentram mais de metade da população mundial e estima-se que, em 2050, concentrem 70% (UN DESA,2023:32).

A intensificação da urbanização começou com a Revolução Industrial que iniciou em Inglaterra a meio do século XVIII e espalhou-se para os Estados Unidos e outras partes da Europa, causando um êxodo rural, devido à procura da população rural por emprego nas grandes cidades e às várias fábricas que foram construídas (National Geographic Society, 2022). À medida que mais partes do mundo se industrializavam, mais cidades se desenvolveram e expandiram (National Geographic Society, 2022). Foi neste contexto, que o crescimento da população, assim como a densidade populacional aumentaram nas cidades, devido à imensa procura de emprego e oportunidades por parte da população rural, sendo que, ainda no presente ano de 2023, são as causas da migração para as grandes cidades.

Niemets et al, afirmam que as cidades têm um papel fundamental na emergência e solução dos problemas globais, ao mesmo tempo que as cidades têm sido sempre centros de desenvolvimento, produção e inovações, desenvolvimento económico e criação das mais recentes infraestruturas, também, criaram a maior parte dos problemas atuais, incluindo problemas sociais (Niemets et al, 2021:305). *Urbanization is manifested in the global dimension and is comprehensive. Still, the transformational processes in urban and suburban areas, overpopulation, and industrial production growth often produce negative and uncontrolled impacts on the environment. They can have global catastrophic consequences in terms of forecasted population growth.*” (Niemets et al, 2021:305).

Com base na reflexão dos problemas da crescente população nas grandes cidades, dos problemas da densidade populacional, e do desequilíbrio da rede urbana na maior parte dos países, surgem as cidades médias, também em reflexo do impacto da pandemia COVID-19, como chave do desenvolvimento sustentável, escolhendo assim Portugal como caso de estudo da presente dissertação e dividindo a resposta em três partes: Desenvolvimento Sustentável Urbano, Regional e Cultural alinhado ao Objetivo 11 dos ODS.

5.1. A Rede Urbana Portuguesa.

A caracterização da rede urbana portuguesa passa por dois conceitos principais: bipolarização e litoralização do sistema urbano que contribuiu e continua a acentuar a desigualdade regional.

O processo da bipolarização é uma consequência do que aconteceu na Europa (em geral), o êxodo rural, especificamente em Portugal este aconteceu em grande escala entre 1960 e 1981, assim como a emigração/retorno das ex-colónias. A população concentrou-se nas duas principais metrópoles - Lisboa e Porto- e deixou o interior de Portugal vazio, pois foram à procura de mais oportunidades nas grandes cidades, começando a desenvolver-se uma clara desigualdade regional (Costa,1993:5).

Esta concentração da população nas duas cidades, desde a década de 60, levou ao desenvolvimento das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, pois, à medida que os anos passaram, mais acentuado se notou a desigualdade regional, com a atração de mais pessoas para as duas cidades, assim como o crescimento de subúrbios e cidades satélites em redor destes centros (Costa, 1993:5). Também ligado a este processo, está o de litoralização, que é a concentração de pessoas e atividades na faixa litoral do território que, segundo Costa, “(...) *tendência essa enraizada há séculos, inicialmente como afirmação da nacionalidade portuguesa em busca de autonomia face a Espanha e, posteriormente, através de todo o desenvolvimento da expansão ultramarina.*” (Costa, 1993:6).

Podemos observar estas duas tendências atualmente, através do Mapa⁹ de Densidade Populacional com base nos Censos 2021, acentuando-se, de 2011 a 2021, ainda mais o desequilíbrio na distribuição da população. A concentração de população no litoral de

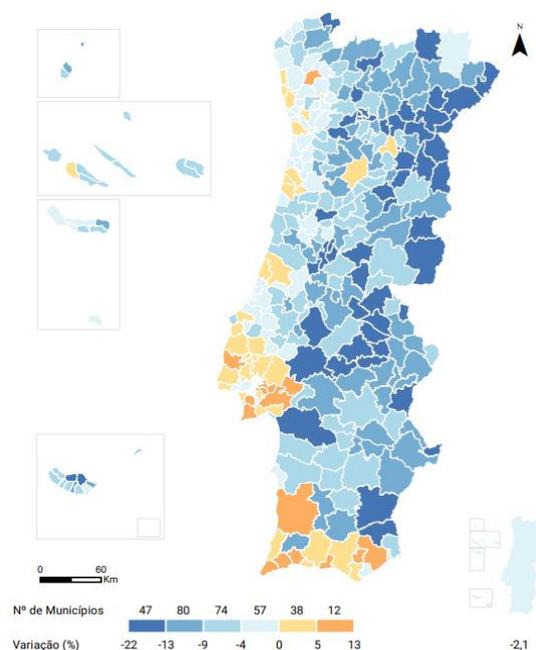
⁹ Consultar Anexo 3.

Portugal Continental aumentou, principalmente na AML e em redor, “(...)cerca de 20% da população do país concentra-se nos 7 municípios mais populosos, que abrange uma área de apenas 1,1% do território. No outro extremo, representando também cerca de 20% da população, temos os 208 municípios menos povoados e que ocupam 65,8% da área do país.” (INE,2022:14). Também se consegue perceber, através da Tabela Resumo de Densidade Populacional que, entre 2011 e 2021, à escala NUTS III, o número médio de indivíduos por km2 aumentou entre 1 e 4% em Cávado, Oeste, AML e Algarve, enquanto nas restantes sub-regiões diminuiu entre 8 e 11%, principalmente nas sub-regiões de Portugal Continental: Alto Tâmega, Douro, Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela, Baixo Alentejo e Alto Alentejo (também Ilha das Flores na Região Autónoma dos Açores). Este quadro demonstra o reflexo dos desequilíbrios da distribuição da população que cada vez se concentra mais no litoral em comparação ao interior de Portugal, “Os municípios que se destacam pelo maior acréscimo populacional são Odemira (13,3%) na região do Alentejo e Mafra (12,8%) na Área Metropolitana de Lisboa; pela razão inversa, destacam-se os municípios de Barrancos (-21,6%), também no Alentejo e Tabuaço (-20,7%) na região Norte. (INE, 2022: 12).

A concentração da população nas duas principais metrópoles, a sua respetiva densidade populacional acentuada e por consequência o desequilíbrio regional (populacional e de desenvolvimento económico) produziu e continua a produzir problemas e desafios em vários aspetos para Portugal.

Figura 5: Mapa da Variação da População Residente em Portugal entre 2011 e 2021

Fonte: Censos, 2022:12.



5.2. Cidades Médias, uma das chaves do Desenvolvimento Sustentável?

Após a reflexão dos problemas urbanos que Portugal está a passar, principalmente focando-me na degradação da qualidade de vida devido ao processo de bipolarização, e na procura da solução para a densidade populacional da AML, desequilíbrio regional, despovoamento do interior, melhorar a qualidade de vida da população portuguesa, surgem as Cidades Médias. A resposta para a questão de investigação passa por três etapas, Cidades Médias como Chave do Desenvolvimento Sustentável Urbano, Regional e Cultural. O conceito de Desenvolvimento Sustentável e Cidade Sustentável aplicados são os mesmos do Capítulo 1.

5.2.1. Urbano

A realidade urbana de Lisboa e Porto é constituída pelas consequências de uma concentração da população nas respectivas cidades, sendo prejudicial para a qualidade de vida e consequentemente o oposto de uma cidade equilibrada e sustentável. De 2011 para 2021, Lisboa apresenta um maior aumento de % de população residente face às restantes regiões e face à AML, assim como uma maior Densidade Populacional, enquanto a AMP apresenta um valor menor em 2021 de densidade populacional.

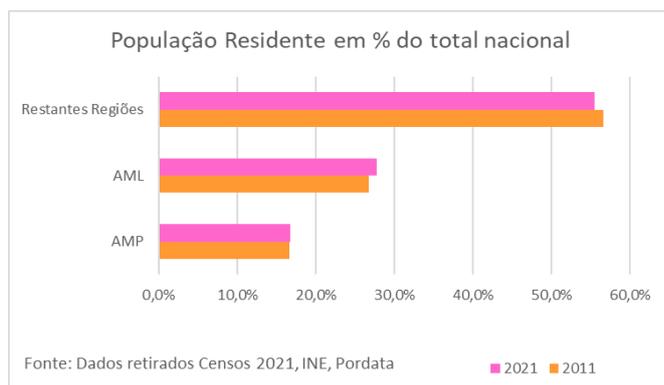
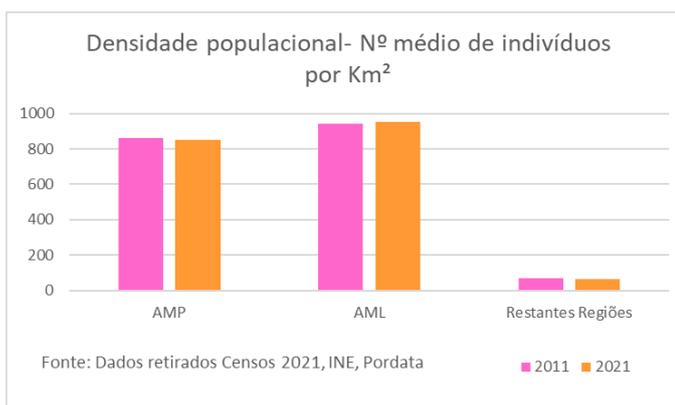


Figura 6 e Figura 7: Gráficos elaborados a partir dos dados retirados dos Censos 2021 (INE, PORDATA).



Os principais problemas e desafios são: desigualdade, pobreza e discriminação, expansão da urbanização ilegal e degradação da habitação; elevado custo de habitação e consequente crise habitacional, falta de habitações acessíveis à população; saturação dos bens e serviços e infraestruturas urbanas, face à crescente população concentrada na AML e AMP; desemprego; pouca qualidade de vida; poluição e degradação ambiental; criminalidade; congestionamento do trânsito e falta de estacionamento; e na esfera social falta de um senso de comunidade (Costa, 1993:9).

Segundo Costa, as cidades médias em Portugal diferem da média de população europeia, (100.000-250.000). Se relativizarmos este número à realidade da população nacional, podemos considerar cidade média uma cidade entre 20.000 e 100.000 habitantes (Costa, 2002:108/111), no entanto, se considerarmos a escala europeia (100.000- 250.000 habitantes) (Costa, 2002:106), em Portugal existiam, 22 municípios dentro deste limite de habitantes¹⁰.

As cidades médias, como descrito no Capítulo 3, ganharam uma maior popularidade durante a pandemia COVID-19, devido à possibilidade de trabalho-remoto, ou seja, oferta de emprego para quem podia adotar esta modalidade não era problema. A principal razão de atração da população para as cidades médias, antes e pós pandemia, é a qualidade de vida, além das cidades médias terem uma densidade populacional menor, principalmente em Portugal em que, face às Áreas Metropolitanas, há uma enorme diferença de densidade populacional nas restantes cidades. Há também uma menor pressão do mercado imobiliário (Vicente, 2017:31), que se reflete mais que nunca na crise habitacional vivida em Portugal em pleno ano de 2023, principalmente na AML.

Vicente refere ainda que as cidades médias, além de terem habitações espaçosas a preços competitivos, próximas de áreas de lazer e de paisagens naturais, também oferecem um estilo de vida alternativo ao que se vive nas duas Áreas Metropolitanas de Portugal (Vicente, 2017:31), sendo estas grandes cidades, um reflexo de stress, densidade populacional, pouco espaço, crime, pobreza, desigualdade social, pouca natureza, ruído, poluição, além da falta de senso de comunidade. As cidades médias são um equilíbrio entre urbano e rural, oferecem

¹⁰ Consultar Anexo 5- População Residente em Portugal por Município entre 100.000 e 250.000 habitantes.

uma qualidade de vida superior às grandes cidades, enquanto mantêm os elementos que constituem uma cidade, e apesar de terem falta de modernização e inovação, estas cidades têm vantagem em relação ao equilíbrio entre património histórico e paisagens naturais (Vicente, 2017:31).

As cidades médias podem ser, assim, chave do desenvolvimento sustentável urbano, pois, além do que foi abordado no subcapítulo 2.2.2., sobre as cidades médias estarem ligadas ao conceito de cidade sustentável, devido às características de uma cidade sustentável serem similares a uma cidade média, ou no sentido em que mais facilmente uma cidade média se torna sustentável, do que as grandes cidades onde a sustentabilidade é colocada em segundo plano, e o crescimento económico e produtividade em primeiro (Vicente, 2017:30).

No âmbito da Meta 11.3 *“Enhance inclusive and sustainable urbanization and capacity for participatory, integrated and sustainable human settlement planning and management in all countries” by 2030.*” do Objetivo 11 da ONU, pretende-se demonstrar que com a implementação de políticas que fomentem o desenvolvimento de infraestruturas, oportunidades de emprego, bens e serviços de forma a atrair população para as cidades de pequena e média dimensão, principalmente no interior de Portugal que se encontra despovoado, pode ser o caminho para equilibrar a distribuição da população em Portugal. Este equilíbrio da distribuição populacional pode não só melhorar a qualidade de vida nas cidades de Lisboa e Porto, aliviando a saturação urbana, mas também pode revitalizar áreas urbanas no interior que se encontra despovoado e abandonado. Assim, direcionar o foco e recursos para as cidades de pequena e média dimensão, emerge como uma solução viável para avançar em direção ao cumprimento da meta 11.3..

5.2.2. Regional

Primeiramente, para analisar as cidades médias como chave do desenvolvimento sustentável regional, temos de ligar ao conceito de cidade intermédia, como abordado no subcapítulo 2.2.1. Uma cidade intermédia é uma cidade de pequena ou média dimensão que tem uma função intermediária em conectar as áreas urbanas e rurais, em regiões menos desenvolvidas, são cidades dinâmicas que apoiam o fluxo de população, bens e serviços entre áreas rurais e centros urbanos maiores (OECD/UN-Habitat,2022:16).

Com um retrato de distribuição da população e de desigualdade regional como o de Portugal, as cidades médias, tendo a função de cidade intermédia, têm uma função fundamental não só no desenvolvimento regional, e principalmente das áreas rurais, mas também de um desenvolvimento de uma rede urbana policêntrica - deixando de ser, assim, uma rede urbana bipolarizada.

Alinhado à meta 11.a do Objetivo 11 dos ODS, “11.a. *Support positive economic, social and environmental links between urban, peri-urban and rural areas by strengthening national and regional development planning.*”, as cidades médias são o caminho para alcançar a respetiva meta.

O foco do desenvolvimento das cidades médias portuguesas é reconhecido como fundamental no Programa Nacional Para a Coesão Territorial de 2017, “*Os centros urbanos e as cidades médias têm funções centrais que são importantes na atratividade dos territórios do interior.(...) As parcerias rural-urbano podem potenciar o desenvolvimento socioeconómico e a sustentabilidade ambiental. (...) As cidades médias e os pequenos centros urbanos são as âncoras que sustentam os territórios de menor densidade, com uma oferta de comércio e serviços. A valorização e dinamização destes espaços complementares é um requisito indispensável.*” (UMVI, 2017:131/132).

Vicente refere que as cidades médias apresentam uma grande diversidade entre si, devido à sua função no território, devido a não ser possível terem todos os tipos de serviços e funções. As cidades médias tendem a focar-se numa área em específico, seja comercial, serviços, turismo, entre outras, criando assim relações complementares entre as cidades pequenas e médias (Vicente, 2017:31).

Outro ponto importante a referir sobre o papel das cidades médias no desenvolvimento sustentável regional, é o facto destas cidades serem a razão do desenvolvimento da região (Vicente, 2017:32), principalmente se for no interior de Portugal, em regiões com baixa densidade populacional e de pouco crescimento económico. Além disso, são o ponto de referência central nas próprias regiões onde se inserem (geralmente são as capitais de distrito) para as populações das aldeias e vilas próximas, que procuram a cidade por razões de emprego,

ensino, comércio, saúde, direito ou lazer e também criam“(...) *uma organização em rede que possibilita o contacto entre os locais menos desenvolvidos e o exterior, quer este seja as principais áreas metropolitanas, ou até o contacto com Espanha, particularmente relevante nos territórios do interior junto à fronteira.*”(Vicente, 2017:32).

O foco no desenvolvimento das cidades (inter)médias também está ligado ao desafio proposto no PNPO sobre promover um sistema urbano policêntrico: “*Promoting a polycentric urban system favours a more balanced territorial organization, structured by a set of cities that provide a diversity of functions and interurban and rural-urban relations and create life and well-being opportunities for the population.*” (PNPOT, 2019:59). Segundo o PNPO, comprometer-nos a um sistema urbano mais equilibrado promove uma maior equidade territorial no acesso aos serviços, ao comércio e aos processos de inovação económica e social, o que significa aumentar o número de cidades portuguesas com capacidade de inovação e polarização supranacional.(PNPOT, 2019:59).

O desenvolvimento urbano policêntrico pretende fortalecer os nós urbanos regionais e estimular as interações urbanas e rurais-urbanas a nível nacional e revitalizar as pequenas e médias cidades, de modo a evitar a concentração excessiva em áreas metropolitanas, que é a realidade atual das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Esta abordagem de cooperação interurbana e urbana-rural pode promover as regiões economicamente mais fracas, reforçar a sua resiliência, e promover padrões de produção e consumo mais sustentáveis (PNPOT,2019:63).

Face aos pontos referidos anteriormente, as cidades médias podem constituir a chave do desenvolvimento sustentável regional, principalmente num país como Portugal que tem um sistema urbano desequilibrado. Também é importante referir que para construir um sistema urbano equilibrado é crucial melhorar a qualificação urbana, garantindo melhor qualidade de vida e bem-estar social das comunidades, considerando as necessidades sociais, o desenvolvimento económico, a competitividade das empresas, a melhoria dos ecossistemas e a segurança, sendo que tudo isto faz parte do conceito de cidade sustentável (PNPOT,2019:59).

5.2.3. Cultural

O último ponto da resposta à questão de investigação, Desenvolvimento Sustentável Cultural é no âmbito da meta 1.4. do Objetivo 11 dos ODS da ONU: “11.4. *Strengthen efforts to protect and safeguard the world’s cultural and natural heritage*”.

A preservação da cultura de todas as regiões do mundo está intensamente ligada ao desenvolvimento sustentável, sendo que o mesmo depende da junção de vários fatores interconectados como o ambiental, social, económico e também o cultural, sendo importante criar políticas adequadas a cada realidade geográfica que se foquem igualmente nestas quatro esferas (UCLG,2015:12). A Cultura é composta por valores, crenças, línguas, conhecimento, arte, sabedoria com os quais uma pessoa, ou pessoas, expressam, individualmente ou coletivamente, a sua humanidade e o significado que dão à vida e ao seu percurso (UCLG, 2015:11).

Segundo a UNESCO, a cultura desempenha diferentes formas ao longo do tempo e espaço, esta diversidade está incorporada na singularidade e pluralidade das diferentes identidades dos grupos e sociedades que constituem a humanidade, esta diversidade cultural é vital para a humanidade como uma fonte de troca, inovação e criatividade (UNESCO, 2001:62).

A Cultura é, assim, fundamental para o Desenvolvimento Sustentável, pois é um bem partilhado entre todos, que capacita as pessoas a moldar o seu futuro, sendo, tanto os direitos culturais como a diversidade, importantes de serem preservados, pois, além dos direitos culturais estarem integrados nos direitos humanos, também a diversidade cultural é essencial para a harmonia social, cidadania e para a criação de uma sociedade pacífica (UCLG,2015:12).

Para um país como Portugal, que tem uma distribuição de população tão desigual, sendo o interior mais afetado pelo despovoamento, também a cultura das regiões do interior é influenciada, ou seja, se a cultura é criada e desenvolvida pelas pessoas ao longo da História, se não há pessoas a cultura vai-se desvanecendo, principalmente, nas aldeias rurais que não têm uma voz forte e impactante na preservação da sua cultura, costumes e tradições.

Assim, as cidades médias têm um papel fundamental no desenvolvimento sustentável da cultura, ou seja, na preservação e divulgação da cultura para outras regiões, sendo que, como são o ponto de referência para as áreas rurais envolventes, tornam-se também a voz da cultura da região. Se as cidades de pequena e média dimensão forem inovadoras e criativas, de modo a atrair população para visitar, estudar, trabalhar, viver e investir (se tiver/criar condições para tal), vai do mesmo modo apoiar a cultura da região, preservá-la e transmiti-la para as próximas gerações.

No entanto, se nas cidades de pequena e média dimensão forem implementadas políticas na área da cultura, podem de igual forma atrair população para estes territórios, muitas vezes esquecidos. A estratégia de desenvolvimento dessas regiões pode centrar-se no investimento na cultura (Silva,2022:37), o mesmo se aplica à relação entre a cultura e a atração de turistas, como afirma Vicente: "*O capital social e o património cultural dos territórios rurais são os mais importantes fatores na criação de produtos turísticos com forte capacidade de atração(...) é nestes que se deve centrar o investimento e as parcerias que procuram o aumento do turismo não devem nunca deixar de parte estes recursos locais.*" (Vicente, 2017:23).

Na Nova Agenda para a Cultura da Comissão Europeia, também se reflete sobre as cidades e respectivas regiões como parceiros para o desenvolvimento cultural devido à sua autonomia local, atração de talento e proximidade às necessidades dos residentes e respectivo potencial (Comissão Europeia, 2018:5). Sendo que a cultura e o turismo são reconhecidos por serem motores do desenvolvimento da atividade económica, então as cidades que investem na cultura podem receber compensações adicionais e atrair mais emprego e capital humano. Ao restaurar e preservar o património cultural e natural incentivam o crescimento e sustentabilidade das áreas rurais e também incentivam as pessoas a aprender e a comprometerem-se com a gestão sustentável do património (Comissão Europeia, 2018:5).

Existem vários projetos relacionados com a cultura e desenvolvimento sustentável, no entanto, é importante mencionar dois: "European Capitals of Culture" e "The UNESCO Creative Cities Network". São dois projetos, um da União Europeia e outro da UNESCO.

A "European Capitals of Culture" é um projeto em que países fora da UE também podem participar. No entanto, têm de respeitar os princípios defendidos pela UE, sendo de destacar

de entre vários objetivos que o projeto tem, estes dois: destacar a riqueza e a diversidade das culturas na Europa e promover a contribuição da cultura para o desenvolvimento das cidades (EP and EU Council, 2014:2). Além disso, através da experiência das cidades com este projeto, também se torna uma excelente oportunidade para regenerar as cidades, desenvolvimento local e turismo cultural, aumentando assim o turismo e rejuvenescendo a cultura da cidade e respetiva região, além disso aumenta o perfil internacional das cidades escolhidas (EP and EU Council, 2014:2).

Um exemplo de uma cidade portuguesa escolhida para ser a capital da cultura europeia de 2027 é a cidade de Évora, que é uma cidade média de Portugal e é um exemplo significativo do impacto das cidades médias na preservação e difusão da cultura da região, neste caso sendo a voz da cultura alentejana, tal como indica o nome do seu projeto “Vagar, Évora 27- Capital da Cultura Europeia.”

Vagar como conceito de filosofia de vida é uma representação da cultura alentejana, “*A nossa inspiração vem de uma forma ancestral de ser e de viver que se mantém até hoje – tanto em Évora como no Alentejo – nas relações interpessoais, no discurso, na poesia do Cante Alentejano, na preservação do património deixado pelas civilizações que por aqui passaram – celtas, visigodos, romanos e muçulmanos –, na nossa ligação com a natureza, com a luz e o céu, e na criação artística.*”(Comissão Executiva Évora 2027,2022:5). Évora como capital da cultura europeia reconhece a importância da cultura que existe na região, dando voz à mesma, o conceito de vagar escolhido para representação de cultura é definido como “*(...) a plena consciência de que nós, humanos, somos sempre um com o universo – uma consciência que questiona a nossa posição de dominância. Esta abordagem envolve coevolução, contenção, criação e construção, tempo e espaço, memória e coletivo, resiliência e tensão.*”(Comissão Executiva Évora 2027,2022:5).

O outro projeto importante de referir é a Rede de Cidades Criativas da UNESCO, criado em 2004, tem como missão: fortalecer a cooperação com e entre as cidades que conhecem a criatividade como fator estratégico do desenvolvimento sustentável em relação à esfera económica, social, cultural e ambiental (UNESCO,2023).

Alguns dos objetivos da Rede de Cidades Criativas da UNESCO que é importante mencionar: fortalecer a criação, produção, distribuição e divulgação de atividades, bens e serviços

culturais; desenvolver centros de criatividade e inovação e alargar as oportunidades para criadores e profissionais do setor cultural; melhorar o acesso e a participação na vida cultural, bem como o usufruto de bens e serviços culturais e integrar plenamente a cultura e a criatividade nas estratégias e planos de desenvolvimento local (UNESCO,2023).

As nove cidades criativas são as seguintes: “*Idanha-a-Nova, Cidade Criativa na categoria música (2015), Óbidos, Cidade Criativa na categoria literatura (2015) Amarante, Cidade Criativa na categoria música (2017), Barcelos, Cidade Criativa na categoria artesanato e arte popular (2017), Braga, Cidade Criativa na categoria artes mediáticas (2017), Leiria, Cidade da Música (2019), Caldas da Rainha, Cidade Criativa na categoria artesanato e artes populares (2019), Santa Maria da Feira, Cidade Criativa na categoria gastronomia (2021) e Covilhã, Cidade Criativa na categoria design (2021)*” (Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO, 2015).

Este projeto incentiva a criatividade e cultura de diferentes cidades. Em Portugal este projeto também é importante, pois incentivou as cidades a desenvolverem projetos para serem criativas e dando valor à cultura local. As nove cidades criativas de Portugal são cidades médias e pequenas, sendo importante para demonstrar as potencialidades das mesmas, pois, muitas vezes, a própria população (portuguesa) não conhece as diferentes culturas nem potencialidades das várias cidades. Além disso, contribui diretamente para o desenvolvimento local.

6. Conclusão

Em suma, é consensual que as cidades têm um impacto muito acentuado na crise atual que vivemos e, sendo que mais de metade da população se encontra concentrada nas mesmas, seja para viver, estudar ou trabalhar, é de enorme relevância percebermos os problemas urbanos atuais e encontrar soluções para os mesmos de maneira a tornar as cidades e as respectivas comunidade sustentáveis.

A Pandemia Covid-19 demonstrou drasticamente os pontos vulneráveis de viver em grandes cidades que são densamente povoadas: a densidade populacional, a falta de espaço dentro da própria habitação, a desigualdade social, refletindo a desigualdade de condições de habitação e de acesso a cuidados de saúde, a falta de espaços verdes e a falta de viver em comunidade. Quando todos foram forçados a ficar dentro de casa em confinamento, sem poder usufruir dos pontos positivos que as grandes cidades têm para oferecer (lazer, emprego, ensino), só restaram os pontos negativos. Deste modo, surgem as cidades de pequena e média dimensão como solução para melhorar a qualidade de vida, seja a viver nas mesmas ou nas aldeias envolventes. Pode-se concluir que, de modo geral, mas especialmente num país como Portugal, com um enorme desequilíbrio de distribuição da população e da rede urbana, tendo a população, desenvolvimento, bens e serviços principalmente concentrados na AML e AMP, as cidades médias são a solução para vários problemas.

As cidades médias constituem uma das chaves do desenvolvimento sustentável:

- *urbano*: em relação a serem mais sustentáveis e a oferecer uma melhor qualidade de vida, e ao criar estratégias de desenvolvimento, podem atrair população das grandes áreas, para as áreas despovoadas do interior de Portugal;

- *regional*: ao criar uma rede urbana equilibrada e, conseqüentemente, desenvolvendo a área envolvente e toda a região;

- *cultural*: preservando e promovendo a cultura das regiões que, cada vez mais, estão povoadas e a *perder a voz*, principalmente da cultura das pequenas aldeias, as cidades médias são a voz e chave da cultura da região onde se inserem.

Em conclusão, o interior de Portugal encontra-se em esquecimento, desde o êxodo rural dos anos 60, a população procurava uma vida melhor e mais oportunidades nas grandes cidades,

deixando as suas aldeias para trás, sendo que, neste momento, se olha para o interior de Portugal como a possibilidade de uma qualidade de vida melhor, sem os pontos negativos de viver nas grandes cidades, sendo as cidades de pequena e média dimensão a chave do equilíbrio entre o meio rural e a grande cidade.

A contribuição principal e valor acrescentado ao meio académico com esta dissertação é demonstrar o papel das cidades médias no desenvolvimento sustentável num país como Portugal, através de uma perspetiva diferente: desenvolvimento sustentável urbano, regional e cultural. Além disso, pretendeu-se demonstrar a insustentabilidade de viver nas grandes cidades que são densamente povoadas, assim como a nova visão das Cidades Médias que emergiu no contexto da Covid-19.

Num último ponto, principalmente devido ao limite de tamanho da dissertação, não é possível analisar por completo o tema das cidades médias e a sua conexão ao desenvolvimento sustentável, deste modo, deixa-se em aberto a possibilidade de investigação futura para seguimento deste tema que é crucial investigar no âmbito de cidades e comunidades sustentáveis.

7. Bibliografia

Ahrend, R., et al. (2022), "Changes in the geography housing demand after the onset of COVID-19: First results from large metropolitan areas in 13 OECD countries", OECD

Bhardwaj, Gaurav; Esch, Thomas; Lall, Somik V.; Marconcini, Mattia; Soppelsa, Maria Edisa; Wahba, Sameh. (2020). Cities, Crowding, and the Coronavirus: Predicting Contagion Risk Hotspots. © World Bank, Washington, DC. <http://hdl.handle.net/10986/33648> License: CC BY 3.0 IGO.”

Brundtland, G. H., Khalid, M., Agnelli, S., Al-Athel, S. A., Chidzero, B., Fadika, L. M., et al. (1987). Our common future ; by world commission on environment and development. Oxford: Oxford University Press.

COMISSÃO EUROPEIA. (2018). COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT, THE EUROPEAN COUNCIL, THE COUNCIL, THE EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL COMMITTEE AND THE COMMITTEE OF THE REGIONS: A New European Agenda for Culture. Brussels.

Comissão Executiva Évora 2027 (2022). “Vagar”, BID BOOK DE SELEÇÃO ÉVORA 2027 CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA CIDADE CANDIDATA.

Commissariat général du Plan (1971), Sixième Plan de développement économique et social (1966-1970), Journaux officiels

Costa, Pedro. (1993). "Cidades e urbanização em Portugal : uma sociologia, geografia ou economia urbanas?". Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working papers nº 04/1993

De Jong,Eileen & Vijge,Marjanneke J., (2021). From Millennium to Sustainable Development Goals: Evolving discourses and their reflection in policy coherence for development.Earth System Governance, Volume 7.

Diefendorf, J. M. (1989). Urban Reconstruction in Europe After World War II. *Urban Studies*, 26(1), 128–143.

Economics Department Working Papers, No. 1713, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9a99131f-en>.

EP and EU Council (2014). “Decision No 445/2014/EU of the European Parliament and of the Council of 16 April 2014 establishing a Union action for the European Capitals of Culture for the years 2020 to 2033 and repealing Decision No 1622/2006/EC”.

ESPON et KU, (2014). TOWN Small and medium sized towns in their functional territorial context, ESPON 2013 Programme, Leuven.

ESPON, (2006). The Role of Small and Medium-Sized Towns (SMESTO)” Final Report,

ESPON 2000-2006 program, Vienna,

Ferrão, J.; Brito Henriques, E.; Oliveira das Neves, A. (1994) – «Repensar as cidades de média dimensão», *Análise Social*, vol. XXIX (5º); 1123-1147.

Floch , J.-M., & Morel, B. (2011). Panorama des villes moyennes [Review of Panorama des villes moyennes]. Direction de La Diffusion et de l’Action Régionale H2011/01, H2011/01.

Gomel, C. B., Philippe Frocrain, Émilien Gervais, Claire Rais Assa, Cyril. (2022, nº107) . Les villes moyennes, un pilier durable de l’aménagement du territoire?. La note d’analyse [Www.strategie.gouv.fr](http://www.strategie.gouv.fr).

Hassan, Abbas & Lee, Hyowon. (2014). The paradox of the sustainable city: definitions and examples. *Environment, Development and Sustainability*. 17. 1-19. 10.1007/s10668-014-9604-z.

Howard, e. (1898). *Tomorrow: A Peaceful Path to Social Reform*, London.

IMTT, & GPIA. (2011). Mobilidade em Cidades Médias [Review of Mobilidade em Cidades Médias].

INE, Instituto Nacional de Estatística. (2022). Censos 2021. XVI Recenseamento Geral da População. VI Recenseamento Geral da Habitação : Resultados definitivos. Lisboa.

Kara, Beyhan. (2019) "The Impact of Globalization on Cities." *Journal of Contemporary Urban Affairs*, vol. 3, no. 2, pp. 108-113, doi:10.25034/ijcua.2018.4707.

Knoop, B., Battis-Schinker, E., Knippschild, R. et al.(2023). Built cultural heritage and quality of life in a context of peripheralisation. A case study of ten historic towns at the German–Polish border. *GeoJournal* <https://doi.org/10.1007/s10708-023-10890-x>

Kostiantyn Niemets, Kateryna Kravchenko, Yurii Kandyba, Pavlo Kobylin, Cezar Morar, (2021). World cities in terms of the sustainable development concept. *Geography and Sustainability*, Volume 2, Issue 4. Pages 304-311, ISSN 2666-6839,

Lee, Bh. (2013). A Study on Classification of Downtown Areas Based on Small and Medium Cities in Korea. In: Kawakami, M., Shen, Zj., Pai, Jt., Gao, Xl., Zhang, M. (eds) *Spatial Planning and Sustainable Development. Strategies for Sustainability*. Springer, Dordrecht.

Lopes, António (2002). Globalização e desenvolvimento regional. *Gestão e Desenvolvimento*. 9-25. [10.7559/gestaoedesenvolvimento.2002.85](https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2002.85).

OECD/UN-Habitat (2022), *Intermediary Cities and Climate Change: An Opportunity for Sustainable Development*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/23508323-en>.

OECD/UN-Habitat. (2022), *Intermediary Cities and Climate Change: An Opportunity for Sustainable Development*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/23508323-en>.

PNPOT (2019)– Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Publicada em 5 de setembro de 2019 (Diário da República n.º 170/2019, Série I).1ª revisão do PNPOT de 2007 (Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada em 7 de Setembro, e em 2 de Novembro).

Rodrigues, C. A. (2008). Insustentabilidades urbanas: sustentabilidade território e cidade (Bachelor's thesis).

Rowe F, Calafiore A, Arribas-Bel D, Samardzhiev K, Fleischmann M. Urban exodus? Understanding human mobility in Britain during the COVID-19 pandemic using Meta-Facebook data. *Popul Space Place*. (2023), Jan 29(1):e 2637. doi: 10.1002/psp.2637. E pub 2022 Dec 7. PMID: 36718419; PMCID: PMC9877951.

UCLG, (United Cities and Local Governments), 2015, March. Culture 21: Action. [Www.agenda21culture.net](http://www.agenda21culture.net); UCLG Culture Summit, Bilbao.

UMVI. (2017). República Portuguesa, Programa Nacional para a Coesão Territorial

UN (2015). Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution Adopted by the General Assembly on 25 September 2015, 42809, 1-13.

UN DESA. (2016). The Sustainable Development Goals Report 2016 - July 2016. New York, USA.

UN DESA. (2023), The Sustainable Development Goals Report 2023: Special Edition - July New York, USA.

UNESCO (2001). Universal Declaration on Cultural Diversity

UNESCO, (2023). Creative Cities Network- Mission Statement, Revised 2023.

Vicente, Mariana Mendes. (2017). O papel das cidades médias do interior para o desenvolvimento do território: o caso da cidade da Covilhã. Lisboa: ISCTE-IUL. Dissertação de mestrado.

Zöllter, Constanze & Rößler, Stefanie & Knippschild, Robert. (2020). Medium-Sized Cities as Attractive Residential and Living Places. A Case Study from the German City of Görlitz.

Webgrafia

CDC. (2022, August 16). CDC Museum COVID-19 Timeline. Centers for Disease Control and Prevention; CDC. <https://www.cdc.gov/museum/timeline/covid19.html>

Economics Observatory. (n.d.) Why has coronavirus affected cities more than rural areas? (n.d.). <https://www.economicsobservatory.com/why-has-coronavirus-affected-cities-more-rural-areas>

History.com. (2009, December 16). Marshall Plan. HISTORY; A&E Television Networks. <https://www.history.com/topics/world-war-ii/marshall-plan-1>

INE (n.d.), Sistema Integrado de Metainformação- conceitos. Smi.ine.pt. <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4978>

INE, Statistics Portugal - Web Portal. (2011). Www.ine.pt. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

National Geographic. (n.d.). The History of Cities. Education.nationalgeographic.org. <https://education.nationalgeographic.org/resource/history-cities/10th-grade/>

Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO. (2015). “Rede das Cidades Criativas da UNESCO”. <https://unesco.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/portugal-e-a-unesco/cultura/rede-de-cidades-criativas-da-unesco>

Our World in Data team (2023) - "Make cities inclusive, safe, resilient and sustainable". Published online at OurWorldInData.org. Retrieved from: 'https://ourworldindata.org/sdgs/sustainable-cities'

PORDATA - Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal e Europa. (n.d.). Wwww.pordata.pt. <https://www.pordata.pt>

Rigitano, Emanuele . “COP24, the Speech by 15-Year-Old Climate Activist Greta Thunberg: Everyone Should Listen To.” LifeGate, 16 Dec. 2018, www.lifegate.com/greta-thunberg-speech-cop24.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2022). World Population Prospects 2022, Online Edition. <https://population.un.org/wpp/Download/>

UNEP, n.d., Cities and Climate Change. UN Environment Programme. <https://www.unep.org/explore-topics/resource-efficiency/what-we-do/cities/cities-and-climate-change>. Consultado em setembro 2023.

8. Anexos

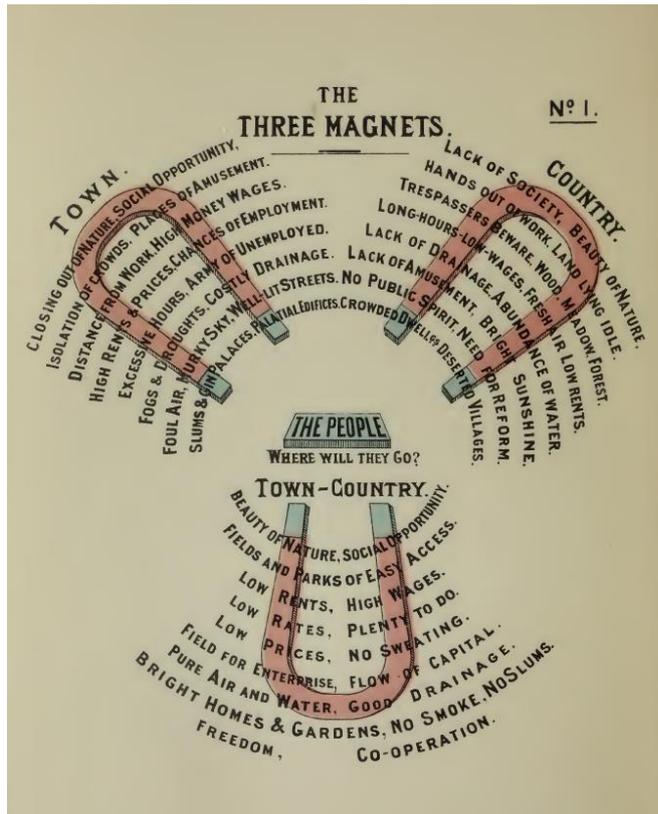
Anexo 1- Localização de Chancelaria no Mapa de Portugal Continental.



(Chancelaria localizada a tracejado a vermelho)

Fonte: Google Maps

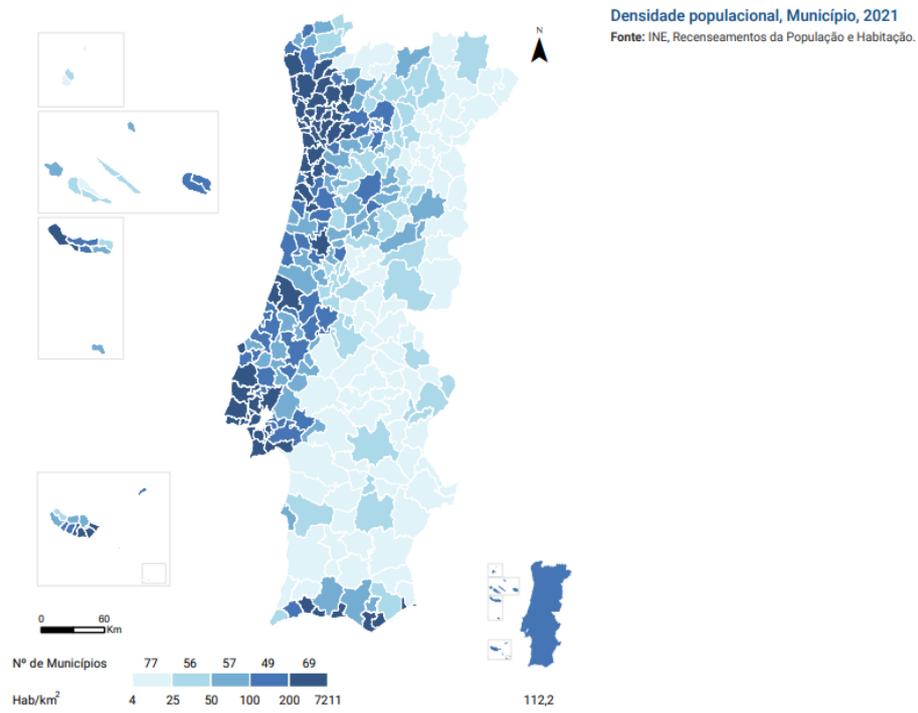
Anexo 2- “The Three Magnets of the Town-Country”- Howard,1898



“Tomorrow: A Peaceful Path to Social Reform” (Howard,1898, nº1)

Anexo 3- Densidade Populacional, Censos 2021.

DENSIDADE POPULACIONAL



Fonte: (INE, 2022:14)

Anexo 4- Densidade Populacional por NUTS III- Variação Média 2011/2021

NUTS III	N.º médio de indivíduos por Km ²		
	2011	2021	Var %
Alto Minho	110,1	104,6	-5%
Cávado	329,7	336,3	2%
Ave	293,2	289,1	-1%
Área Metropolitana do Porto	862,6	857,1	-1%
Alto Tâmega	32,1	28,8	-10%
Tâmega e Sousa	236,1	223,6	-5%
Douro	50,6	45,7	-10%
Terras de Trás-os-Montes	21,1	19,4	-8%
Oeste	164,0	166,2	1%
Região de Aveiro	219,2	219,3	0%
Região de Coimbra	106,2	101,4	-5%
Região de Leiria	120,5	118,0	-2%
Viseu Dão Lafões	82,7	78,5	-5%
Beira Baixa	19,3	17,6	-9%
Médio Tejo	74,0	68,9	-7%
Beiras e Serra da Estrela	37,4	33,5	-10%
Área Metropolitana de Lisboa	940,4	956,5	2%
Alentejo Litoral	18,4	18,4	0%
Baixo Alentejo	14,8	13,5	-9%
Lezíria do Tejo	57,9	55,9	-3%
Alto Alentejo	19,5	17,3	-11%
Alentejo Central	22,5	20,8	-8%
Algarve	90,4	94,0	4%
Ilha de Santa Maria	57,4	56,3	-2%
Ilha de São Miguel	185,3	180,5	-3%
Ilha Terceira	141,1	133,6	-5%
Ilha Graciosa	72,3	67,6	-7%
Ilha de São Jorge	37,6	34,7	-8%
Ilha do Pico	31,8	31,6	-1%
Ilha do Faial	86,6	83,4	-4%
Ilha das Flores	26,9	24,6	-9%
Ilha do Corvo	24,0	23,4	-3%
Ilha da Madeira	345,7	325,8	-6%
Ilha de Porto Santo	129,0	121,5	-6%

Fonte: Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> “Densidade populacional”.

Variação % elaborada através dos dados.

Anexo 5- População Residente em Portugal por Município entre 100.000 e 250.000 habitantes.

Município	2021
Funchal	105.782
Barcelos	116.752
Setúbal	123.496
Leiria	128.603
Vila Nova de Famalicão	133.534
Maia	134.977
Santa Maria da Feira	136.674
Vila Franca de Xira	137.529
Coimbra	140.816
Odivelas	148.034
Guimarães	156.830
Gondomar	164.257
Seixal	166.507
Amadora	171.454
Oeiras	171.658
Matosinhos	172.557
Almada	177.238
Braga	193.324
Loures	⊥ 201.590
Cascais	214.124
Porto	231.800

Fonte: Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> “População residente segundo os Censos: total e por sexo”
Quadro elaborado através da Fonte de Dados Referida.